

- 1- ATAS
 - 1.1- 21ª Reunião Ordinária de Debates
 - 1.2- Parte Interrompida da 19ª Reunião Ordinária de Debates Destinada a Receber os Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e Representantes do Povo Mineiro no Congresso Nacional para Receber Propostas de Alteração na Constituição Federal
 - 1.3- Reuniões de Comissões
 - 2- ORDENS DO DIA
 - 2.1- Plenário
 - 2.2- Comissões
 - 3- EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO
 - 3.1- Plenário
 - 3.2- Comissão
 - 4- TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES
 - 5- PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES
 - 6- MATÉRIA ADMINISTRATIVA
-

ATAS

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 29 DE MAIO DE 1995

Presidência dos Deputados Rêmoló Aloise
e Sebastião Navarro Vieira

SUMÁRIO: ABERTURA - 1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE): 1ª Fase: Atas (2) - Correspondência: Ofício nº 6/95 (encaminha o Projeto de Lei nº 261/95), do Presidente do Tribunal de Justiça - **Ofícios - Apresentação de Proposições:** Projeto de Lei nº 262/95 - **Comunicações:** Comunicações das Comissões de Fiscalização Financeira, de Saúde e Ação Social e de Defesa Social e do Deputado Alencar da Silveira Júnior - **Oradores Inscritos:** Discurso do Deputado João Leite - **2ª Fase:** Abertura de inscrições - Palavras do Sr. Presidente - Leitura de comunicações apresentadas - **ENCERRAMENTO - ORDEM DO DIA.**

ABERTURA

- Às 20h15min, comparecem os Deputados:

Agostinho Patrús - Sebastião Navarro Vieira - Rêmoló Aloise - Ibrahim Jacob - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Almir Cardoso - Anderson Aduato - Anivaldo Antônio - Bilac Pinto - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Elbe Brandão - Geraldo Nascimento - Gil Pereira - Ivair Nogueira - João Leite - José Braga - José Henrique - Kemil Kumaira - Marcelo Gonçalves - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Schettino.

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - A lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura das atas das duas reuniões anteriores.

1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE)

1ª Fase

Atas

- **O Deputado Ibrahim Jacob**, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

Correspondência

- **O Deputado João Leite**, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

"OFÍCIO Nº 6/95*

Belo Horizonte, 25 de maio de 1995.

Senhor Presidente,

Valendo-me dos termos do art. 96, inciso II, alínea "b" da Constituição da República, c/c o art. 104, inciso II da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a essa augusta Assembléia Legislativa o texto do anteprojeto de lei ordinária que estende ao pessoal do Poder Judiciário, a partir de 1º.05.95, o reajustamento de 10% (dez por cento) dos vencimentos já concedidos pelo Poder Executivo a seus servidores, bem como a justificativa do anteprojeto.

A proposta foi aprovada, unanimemente, na sessão da Corte Superior deste Tribunal, em 24.05.95.

Certo da atenção de V. Exa., reitero-lhe meus protestos de alto apreço.

Des. Márcio Aristeu Monteiro de Barros, Presidente.

PROJETO DE LEI N° 261/95

Reajusta os vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou ...

Art. 1º - O valor do índice básico da tabela de escalonamento vertical de vencimentos e dos proventos do pessoal do Poder Judiciário fica acrescido do índice percentual de 10% (dez por cento) de reajustamento, a partir de 1º de maio de 1995.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta dos créditos orçamentários consignados ao Poder Judiciário do Estado.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Belo Horizonte,

Justificação: A proposta visa a atribuir aos servidores do Poder Judiciário o mesmo tratamento já dispensado aos similares do Poder Executivo, através do Decreto n° 36.829, de 27.4.95, que reajusta em 10%, a partir de 1º.5.95, os vencimentos daquele pessoal."

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira, para parecer, nos termos do art. 195, c/c o art. 103, do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

"OFÍCIO*

Exmo. Sr. Deputado Agostinho Patrús, DD. Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

Senhor Presidente,

Com os nossos cumprimentos, vimos a sua presença para solicitar que não seja examinado pelo plenário desta casa o requerimento da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização que solicita a realização de plebiscito no distrito de Fernão Dias, para o efeito de emancipação política e administrativa deste, em função dos fatos que passamos a relatar:

1º - Tomamos conhecimento através da imprensa de projeto de lei complementar que tramita nesta casa e que altera substancialmente a lei complementar de n° 37 e que vem ferir nossos interesses, pois preenchemos todos os requisitos enquanto este distrito não os preenche.

2º - Após conhecermos este projeto de lei, buscamos conhecer o processo de emancipação do distrito de Fernão Dias e verificamos que o documento de n° 31 não condiz com o que exige o artigo 3º, inciso II, da lei complementar de n° 37, pois este documento declara que o distrito de Fernão Dias possui mais de 400 (quatrocentas) moradias e não que o núcleo urbano que sediará a nova cidade possui mais de 400 (quatrocentas) moradias.

3º - Nosso distrito, que preenche todos os requisitos, será prejudicado, pois existem 05 (cinco) distritos pleiteando a emancipação política e administrativa em nosso município, enquanto que o projeto de lei determina que somente poderão emancipar-se até 04 (quatro) distritos e com a agravante dos mais distantes da sede do município terem preferência sobre os mais próximos. É neste quesito que somos prejudicados, pois possuímos todas as condições, mas estamos mais próximos do município de Brasília de Minas.

Para comprovar estamos anexando cópias xerox da declaração do prefeito municipal sobre o distrito de Fernão Dias e a Vila Luislândia.

Nestes termos, pedimos deferimento.

Luislândia, 29 de maio de 1995.

Maria de Fátima Afonso Araújo, Presidente da Comissão Emancipacionista" (seguem-se as assinaturas dos demais membros da Comissão).

- À Comissão de Assuntos Municipais, nos termos do § 2º do art. 5º da Lei Complementar n° 37, de 18/1/95. Anexe-se ao processo.

* - Publicado de acordo com o texto original.

OFÍCIOS

Do Sr. Santos Moreira da Silva, Secretário da Segurança Pública, informando, em resposta à denúncia feita pelo Vereador José Sebastião de Araújo, de Divisa Nova de Minas, e encaminhada à referida Secretaria pela Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, que, segundo sindicância coordenada pela Superintendência Regional

daquele órgão, não ficou confirmada a prática de arbitrariedades, por parte de policiais civis, contra o Sr. Domingos de Oliveira. (- À Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais.)

Do Sr. Alysson Paulinelli, Secretário de Agricultura, comunicando o encaminhamento de ofícios aos Ministros da Fazenda e da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, com o pedido feito pelo Deputado Gil Pereira (criação, em caráter emergencial, de linhas especiais de crédito agrícola para produtores rurais com propriedades localizadas na área mineira da SUDENE).

Do Sr. José Roberto Vasconcelos Novais, Presidente da COHAB-MG, informando, com referência a requerimento do Deputado Luiz Antônio Zanto (inclusão do Município de Frutal no Programa Habitacional da COHAB-MG para a população de baixa renda), que, para o atendimento do pleito, deverá ser dirigida a solicitação à Secretaria da Habitação.

Do Sr. Luiz Gabriel de Castro, Diretor de Operação da TELEMIG (2), informando, em resposta a requerimento do Deputado Paulo Schettino, que um telefone público foi instalado, em 16/5/95, na Rua Francisco Santos, no Bairro Rola-Moça, em Bambuí; e, em resposta a pedido feito pelo Deputado Sebastião Costa (implantação do serviço telefônico automático com DDD e DDI no Distrito de São Sebastião da Vargem Alegre, em Mirai), que o atendimento àquela localidade não está previsto no orçamento do corrente ano e que a solicitação foi cadastrada para atendimento em época oportuna.

O Sr. Presidente (Deputado Sebastião Navarro Vieira) - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para a 1ª fase do Pequeno Expediente.

Apresentação de Proposições

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI N° 262/95

Dá a denominação de Escola Estadual João Corrêa Armond à Escola Estadual do Bairro Sevilha II, com sede no Município de Ribeirão das Neves.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1° - Passa a denominar-se Escola Estadual João Corrêa Armond a Escola Estadual do Bairro Sevilha II, com sede no Município de Ribeirão das Neves.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de de 1995.

Irani Barbosa

Justificação: Na galeria de homens ilustres do Município de Ribeirão das Neves, figura o nome de João Corrêa Armond.

Falecido em 19/2/77, esse digno cidadão soube, pelo seu coração afável e elevado espírito comunitário, conquistar a simpatia e a amizade de todos aqueles que tiveram o privilégio de privar do seu convívio.

Consociou-se com D. Maria da Silva Corrêa, de cuja união resultou uma prole de oito filhos, que herdou a sua têmpera de homem arguto, perpetuando, assim, o seu nome.

Fixou residência em Ribeirão das Neves em meados de 1938, sendo na ocasião funcionário público.

Mais tarde, ocupando com denodo e prestígio o cargo de Juiz de Paz, seu nome eternizou-se na região, fazendo-o merecedor da homenagem que ora lhe prestamos por meio deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 195, c/c o art. 104, inciso I, do Regimento Interno.

COMUNICAÇÕES

- São, também, encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Fiscalização Financeira, de Saúde e Ação Social e de Defesa Social e do Deputado Alencar da Silveira Júnior.

Oradores Inscritos

- **O Deputado João Leite** profere discurso, que será publicado em outra edição.

2ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Não havendo outros oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª fase do Pequeno Expediente, compreendendo leitura de comunicações e pronunciamentos de Líderes inscritos. Estão abertas as inscrições para o expediente da próxima reunião ordinária.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que se inicia hoje, dia 29, o prazo de três dias para a apresentação de emendas à Proposta de Emenda à Constituição n° 4/95, em cumprimento ao que dispõe o art. 209 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações Apresentadas

- A seguir, a Presidência dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pela Comissão de Fiscalização Financeira - aprovação, na 3ª Reunião

Ordinária, dos Requerimentos n°s 129/95, do Deputado Leonídio Bouças; 188 e 256/95, do Deputado Kemil Kumaira; 265/95, do Deputado Álvaro Antônio, e 285/95, do Deputado Anderson Aduato; pela Comissão de Saúde e Ação Social - aprovação, na 11ª Reunião Ordinária, do Projeto de Lei n° 32/95, do Deputado Antônio Genaro; pela Comissão de Defesa Social - aprovação, na 4ª Reunião Ordinária, dos Requerimentos n°s 185/95, do Deputado Sebastião Costa; 206/95, do Deputado Gil Pereira; 317, 324, 339 e 407/95, do Deputado Paulo Schettino; 385 e 405/95, do Deputado Carlos Pimenta, e 401/95, do Deputado Kemil Kumaira (Ciente. Publique-se.); e do Deputado Alencar da Silveira Júnior - falecimento da Sra. Anardina Lima Malaquias, em Belo Horizonte (Ciente. Oficie-se.).

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - Não havendo outras comunicações a serem feitas, Líderes inscritos nem oradores para o Grande Expediente, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a extraordinária de amanhã, dia 30, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária deliberativa da mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada pelo Sr. Presidente é a publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA PARTE INTERROMPIDA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 19 DE MAIO DE 1995, DESTINADA A RECEBER OS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E REPRESENTANTES DO POVO MINEIRO NO CONGRESSO NACIONAL PARA RECEBER AS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Presidência do Deputado Agostinho Patrús

SUMÁRIO: Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Palavras do Coordenador - Encaminhamento das propostas - Entrega das propostas - Palavras do Senador Júlio Campos - Palavras do Deputado Luiz Eduardo Magalhães - Palavras do Sr. Presidente.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente (Deputado Agostinho Patrús) - Destina-se esta parte da reunião a receber os Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e representantes do povo mineiro no Congresso Nacional, que comparecem a esta Casa para recolher as propostas de alteração da Constituição Federal, relativas aos principais temas em discussão no País.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - Convido a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Senador Júlio Campos, 2º-Vice-Presidente do Senado da República, representante do Exmo. Sr. Presidente, Senador José Sarney; Deputado Luiz Eduardo Magalhães, Presidente da Câmara dos Deputados; Deputado Sílvio Mitre, Secretário da Habitação, representante do Governador do Estado, Eduardo Azeredo; Desembargador Monteiro de Barros, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado; Deputado Cléuber Carneiro, responsável pelo acompanhamento da reforma da Constituição na Assembléia Legislativa e coordenador da fase de apresentação de propostas; Senadores Arlindo Porto, Francelino Pereira e Júnia Marise, representantes de Minas Gerais no Senado Federal; e Patrus Ananias, Prefeito de Belo Horizonte.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, em Plenário, dos Deputados Federais Antônio Aureliano Chaves, Chico Ferramenta, Fernando Diniz, Francisco Horta, Villemont Rodrigues da Silva, Humberto Souza, Elias Murad, José Rezende, Lael Varela, Márcio Reinaldo, Mauro Ribeiro Lopes, Eliseu Rezende, Aécio Neves, Armando Costa, Genésio Bernardino, João Domingos de Passarela, José Santana de Vasconcelos, Odelmo Leão Carneiro, Maria Elvira, Carlos Melles, Ronaldo Perrin, Bonifácio Andrada, Leopoldo Bessone e Sílvio Abreu Júnior; e do Gen. Francisco Pamplona, Comandante da 4ª Divisão do Exército.

A Presidência vai passar à recepção e à defesa das propostas pelas entidades inscritas. Solicitamos que o Deputado Cléuber Carneiro, responsável pelo acompanhamento da reforma da Constituição na Assembléia Legislativa, coordene este momento da nossa sessão. Com a palavra, o Deputado Cléuber Carneiro.

Palavras do Coordenador

O Coordenador (Deputado Cléuber Carneiro) - Deputado Agostinho Patrús, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, senhores componentes da Mesa, Srs. Deputados, entidades da sociedade que aqui se fazem representar, meus senhores, o Brasil vive um momento especial; um momento de aguda expectativa e de vigorosa renovação do sentimento de esperança. O plano de recuperação e estabilização econômica, aliado às intenções manifestadas pelo Governo de correção dos desequilíbrios sociais, trouxe de volta à Nação a crença de que é possível exorcizar fantasmas crônicos do nosso subdesenvolvimento.

Esse justificado alento com relação aos projetos governamentais vem juntar-se a um crescente desejo de participação nas decisões políticas e econômicas, de consolidação do processo democrático, de exercício pleno da cidadania. A sociedade brasileira quer um País melhor, mais próspero, mais justo, mais livre.

Nesse contexto, ganham dimensão incomum os trabalhos da revisão da Constituição, destinada a estabelecer as bases necessárias às reformas econômicas, políticas e sociais pelas quais o Brasil tanto clama.

Essa tarefa, sabemos, é complexa. Não é fácil conciliar as demandas num país tão grande quanto diverso, tão abundante de problemas quanto de projetos, tão farto de potencialidades quanto de sinais de degeneração, próprios de uma nação que ainda não encontrou seu caminho de autodeterminação e de prosperidade.

Os embates, já em andamento, serão longos e tensos. Os argumentos e as estratégias são os mais diversificados, ora expondo abertamente as intenções, ora camuflando os interesses em jogo. A sociedade, mais do que nunca, precisa estar atenta às discussões e às decisões que vão determinar o seu futuro.

A Assembléia Legislativa de Minas Gerais, sintonizada com os anseios do Estado, sente-se no dever de acompanhar passo a passo os trabalhos do Congresso com vistas à reforma da Constituição. Nesse sentido, recebemos da Mesa desta Casa a honrosa incumbência de estar permanentemente em contato com representantes da Câmara, do Senado e do próprio Governo, para repassar aos companheiros de parlamento todas as informações importantes atinentes ao processo.

É com muito prazer e muita expectativa que aguardamos a participação neste debate dos Exmos. Srs. Presidentes da Câmara e do Senado, assim como dos ilustres representantes de Minas no Congresso Nacional. Sabedor da atenção dos senhores para com este Estado e da sua sensibilidade para o diálogo que se faz necessário entre as várias instâncias dos Poderes Executivo e Legislativo, esperamos contar com sua inestimável colaboração nessa tarefa de estreitar as relações da Assembléia de Minas com o centro nacional de decisões, instalado na Capital Federal.

A hora é de muito trabalho, de consciência das responsabilidades com o destino do País e, acima de tudo, de união de esforços, para que possamos chegar aos resultados desejados. Só assim lograremos transformar os impasses atuais em soluções que irão viabilizar a construção de um Brasil melhor.

Encaminhamento das Propostas

O Coordenador - Temos o prazer de passar a palavra ao Prof. Tomaz Haroldo da Mota Santos, Reitor da UFMG.

O Prof. Tomaz Haroldo da Mota Santos - Dispensadas as saudações, quero cumprimentar a Assembléia Legislativa pela excelente iniciativa. Trago alguns pontos para a consideração desta Assembléia.

Em primeiro lugar, gostaria de mencionar a importância do capítulo destinado à educação, na nossa Constituição. As conquistas, sobretudo no campo social, que a nossa Constituição deveria alcançar, são pontos a serem preservados. Representando uma parte da comunidade do nosso Estado, não poderia deixar de fazer referência ao art. 207: "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão".

Cumprir que este princípio tão fundamental para o desenvolvimento das universidades seja mantido na Constituição e definido em norma infraconstitucional, para permitir a efetividade da autonomia das universidades.

Outro ponto que nos parece fundamental ser preservado se refere ao art. 212: "A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino".

É evidente que isso é o que garantirá, a despeito das mudanças administrativas dos governos, a permanência do investimento em educação, que é essencial para o desenvolvimento do País.

Finalmente, gostaria de chamar a atenção dos Deputados para a necessidade de se incluir, na nova Constituição Federal, a possibilidade de professores e pesquisadores estrangeiros serem contratados não só como visitantes, mas também de forma permanente para, dessa forma, podermos absorver inteligências, competências que podem contribuir, em nosso País, para o desenvolvimento da ciência, da técnica e das artes.

Eventualmente, poderia deixar o meu pronunciamento para conhecimento desta Assembléia Legislativa. Muito obrigado.

O Coordenador - Com a palavra, o representante da UEMG, Prof. Aluísio Pimenta.

O Sr. Aluísio Pimenta - Sr. Presidente, desprezando as saudações de praxe, quero cumprimentar esta augusta Assembléia por esta reunião democrática, que a nós todos sensibiliza.

Creio que também estou dentro da linha de São Tomás, mas queria dar ênfase ao fato de se manter, na Constituição, a educação como o grande investimento deste País, recebendo os 18% constitucionais do Governo Federal e os 25% dos municípios. Sobretudo, deve-se preservar a autonomia da universidade. Posso dizer que tenho, em meu corpo, as chagas de uma ditadura que me manteve, por 17 anos, no exílio, por defender a autonomia da universidade.

Meus senhores, gostaria, nestes três rápidos minutos, de lembrar a necessidade urgente de se manter um dispositivo constitucional que obrigue a interiorização do ensino pós-secundário e, especialmente, o de 2º grau. O interior está abandonado. As universidades, diferentemente de outros países, estão quase todas elas nas capitais e nas grandes cidades. Raras são as exceções. 70% dos estabelecimentos de ensino superior estão no Centro-Sul deste País. De 1.500.000 estudantes, 600.000 estão em São Paulo, 150.000 em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, e 140.000 no Rio de Janeiro. O País, acima do Centro-Sul, possui poucas universidades. 95% dos cursos de pós-graduação encontram-se em cinco Estados, sendo que 50% deles em São Paulo, 15% em Minas e no Rio Grande do Sul e 5% no resto do País.

Quero também aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, para dizer que tenho uma preocupação muito grande com essa reforma. Sou a favor da privatização. Trabalhei, ativamente, na campanha do atual Presidente, como muitos outros companheiros que conosco estiveram no exílio, no Chile. Mas preocupo-me quando se fala na privatização da Vale do Rio Doce. Quem vai pagar a enorme dívida ecológica?

Acabo de voltar de Itabira, a única cidade do mundo em que se esgotou uma serra. Gostaria que ficasse bem claro quem é que vai pagar a dívida ecológica e quem é que vai pagar a dívida social, que é enorme neste País.

Devo dizer, entretanto, que, ainda assim, tenho grande esperança no Presidente, a quem apoiei e ajudo em 460 municípios, e tenho grande esperança no Ministro José Serra, meu colega no exílio.

Morei na Inglaterra por dois anos, e quando lá voltei pude perceber o quanto aquele país piorou depois de Thatcher. Foi muito. Por isso é que nós temos de ter todo o cuidado nessas privatizações e abrir os olhos para esse fato delicado que se nos apresenta. Muito obrigado.

O Coordenador - Com a palavra, o representante da Associação Mineira dos Municípios - AMM -, Dr. Márcio Canguçu.

O Sr. Márcio Canguçu - A nossa posição, como municipalistas, é a favor das reformas, ressaltando o que disse o Prof. Aluísio Pimenta.

Não aceitamos, de forma nenhuma, que seja retirado, na próxima Constituição, o ganho que tivemos na Constituição de 1989. Somos favoráveis ao fim do Fundo Social de Emergência. Esse assunto deverá ser discutido na reforma tributária. Somos favoráveis à reeleição dos executivos, e muita estranheza nos causou o que disse, ontem, o Presidente do PFL, Sr. Jorge Bornhausen, à "Folha de S. Paulo". Posicionou-se ele a favor da reeleição dos Governadores e do Presidente e contra a dos Prefeitos. Isso não pode ser aceito, pois a reeleição é o único momento em que o Prefeito é julgado a respeito de sua atuação.

Essa é a posição dos municipalistas mineiros.

O Coordenador - Com a palavra, a Sra. Fabiana Frederico, representando o Sr. Alcir Reis Rocha, da União Nacional dos Estudantes - UNE.

A Sra. Fabiana Frederico - Antes de mais nada, quero apresentar-me. Sou estudante da Universidade de Ouro Preto, e neste evento represento o Alcir Reis Rocha, que não pôde comparecer por estar em um congresso na cidade de Alfenas.

A UNE já discutiu em dois fóruns, em nível nacional, a reforma da Constituição. Nossa maior preocupação é o destino que está sendo dado ao ensino superior nacional. Vemos ameaças concretas em relação a isso, quando são apresentadas propostas sobre a estatização das universidades federais e das escolas técnicas. Preocupam-nos também as propostas de fim da gratuidade. A colocação do Professor Aluísio Pimenta sobre a importância da interiorização do ensino superior é contrária à proposta de criação do centro de excelência, que faria, das poucas universidades do interior, escolões de 3º grau.

Na verdade, essas propostas têm como principal objetivo a venda do Brasil. Hoje, o Governo Fernando Henrique Cardoso, mais preocupado em colocar o Brasil a serviço dos países desenvolvidos, vê o conhecimento como monopólio desses países. Como reflexo, vemos a universidade sucateada. Os R\$300.000.000,00 que poderiam ter sido dados à universidade como complementação orçamentária foram dados ao México, enquanto os estudantes daqui têm seus laboratórios e bibliotecas sucateados.

A UNE é contra a reforma da Constituição quando ela visa acabar com os direitos básicos que os trabalhadores conquistaram, quando visa à venda de empresas como a PETROBRÁS e TELEBRÁS, setores sensíveis da economia e fundamentais para a soberania de qualquer país.

A UNE é contra a reforma da Constituição quando avalia que um projeto, em que realmente seriam colocados a soberania nacional, a democracia, a universidade e os direitos básicos fundamentais ao desenvolvimento da sociedade, tem que ser discutido com os movimentos sociais e a sociedade civil organizada. Isso ainda não foi feito, por isso a UNE é contra a reforma constitucional.

O Coordenador - Com a palavra, a Sra. Maria Clélia Botelho, representante da Associação dos Funcionários Aposentados do Estado de Minas Gerais.

A Sra. Maria Clélia Botelho - Dispensados os cumprimentos de praxe, queremos

apresentar nossa conceituação do aposentado e a sua proposta para a Constituição.

Os aposentados brasileiros constituem, na sua totalidade heterogênea, uma virtual força política, em fase de possível emergência como manifestação pública. Na atual sociedade brasileira caracterizada por uma complexa diversidade de ações e padrões de racionalidade e onde impera uma ordem econômica capitalista industrializada, a posição dos aposentados é das que mais contribuem diretamente para a produção de mercadorias agrícolas ou industrializadas, atividade dos que também não se engajam no setor geral dos serviços.

Nessa sociedade de trabalho econômica e financeiramente produtivo, o espaço do não-trabalho é o espaço de marginalização.

Nesse espaço, esse tipo de sociedade situa os milhões de aposentados brasileiros. Mas o que pode significar esse não-trabalho? Se recuarmos, historicamente ao berço de nossa inteligência, a sociedade grega em seu período áureo, deparamo-nos com uma sociedade do ócio. Os cidadãos gregos, desligados das atividades próprias dos setores encarregados da produção de bens destinados à satisfação das necessidades materiais, dedicaram-se ao exercício da razão, à investigação e produção do saber, onde se incluía a reflexão sobre o indivíduo e a organização do poder. Esse ócio a que hoje se esquia à racionalidade capitalista, obrigada a se objetivar hoje em ações globalizadas, é um ócio com importante papel na emergente era da informação.

Depositários da experiência, ou seja, dos conhecimentos individuais, das imprescindíveis aquisições acumuladas culturalmente, os aposentados vindos da prática de ultrapassar barreiras, situam-se hoje nesse espaço de ócio, imprescindível à expressão da criatividade, na era da informação. Contrariamente aos que vinculam os aposentados ao conservadorismo, pode-se dizer que, por suas experiências históricas, eles possuem instrumentos aptos de crítica e participação. Além disso, são os aposentados portadores de disponibilidade de tempo para a organização e a prática políticas.

Nessa perspectiva, as Constituições Federal e Estadual reconhecem a significação política do aposentado para a sociedade, reconhecimento expresso nos arts. 40, 201 e 203 da Constituição Federal e no art. 36 da Constituição Estadual, onde se consagram os direitos iguais para o aposentado e o funcionário da ativa.

A permanência dessas conquistas sociais é o que a AFAEMG deseja ressaltar aos ilustres legisladores mineiros na reforma constitucional. Aperfeiçoá-las no necessário para que respondam aos anseios de uma sociedade mais justa e igualitária é a expectativa dos aposentados mineiros e da sociedade. Muito obrigada.

O Coordenador - Com a palavra, o representante da Associação Comercial de Minas Gerais, Dr. Francisco Américo Matos de Paiva.

O Sr. Francisco Américo Matos de Paiva - Sr. Presidente, senhores parlamentares, senhores integrantes desta grande jornada parlamentar, a Associação Comercial trouxe, como colaboração, um trabalho elaborado por uma comissão especial, integrada por Raul Machado Horta, Amaro Lanari, Cícero Dumont e por este orador. Esse trabalho está consubstanciado em 58 emendas, que abrangem a parte política, a parte econômica e um projeto de reforma tributária elaborado pelo Prof. Sacha Calmon Navarro. Trata-se de um trabalho elaborado para todas as entidades mineiras, em número de 38, e destinado à revisão constitucional. Mas, nesta semana, ele foi revisto e constatamos que se tratava de um trabalho atual, que pode ser examinado pelo Congresso Nacional.

Agradeço a oportunidade, Sr. Presidente, e ressalto que somos pelas reformas constitucionais e pelas privatizações. Queremos, neste momento histórico, que o Brasil participe cada vez mais de debates como o de hoje para que todo o nosso País possa, realmente, dar partida a um novo desenvolvimento. Muito obrigado.

O Coordenador - Com a palavra, o representante da OAB - Seção de Minas Gerais, Dr. Carlos Augusto de Araújo Cateb.

O Sr. Carlos Augusto de Araújo Cateb - A OAB, sem dúvida, a mais lúdima representante independente do povo brasileiro, quer reivindicar - e o faz com o maior fervor - que os textos dos projetos colocados à discussão no Congresso Nacional sejam, de antemão, publicados na imprensa, para o conhecimento do povo e da sociedade organizada, e não apenas no "Diário Oficial da União", que é lido por poucas pessoas. Essa é uma reivindicação que nós da OAB temos a apresentar. Temos que fazer propostas mais objetivas, porque o povo não conhece o que se quer reformar. Temos a necessidade de conhecer o projeto na sua íntegra para evitar surpresas, como aconteceu, por exemplo, no caso do monopólio do gás, onde surgiu um problema sério com uma empresa envolvida diretamente com ele.

Nós, advogados do Brasil, juristas, merecemos, sem dúvida alguma, juntamente com o povo brasileiro, conhecer todos os projetos apresentados. Não admitimos que sejam aprovados, na Câmara Federal ou no Senado Federal, propostas sobre as quais o povo não possa se manifestar, ainda que reconheçamos a legitimidade da representação pública e política.

Por outro lado, a OAB pede, veementemente, que o Congresso Nacional se preocupe com o Poder Judiciário. Poder Judiciário maculado, que é acusado de inoperante e de não

conseguir resolver os problemas da comunidade, mas que, na realidade, não conta com o aparelhamento e muito menos com a vontade política, seja do Executivo, seja do Legislativo, para que possa, em nível de estruturas mundiais, ter condições de realmente resolver os problemas jurisdicionais colocados à sua apreciação. A OAB, como representante do povo, quer e exige que realmente os Poderes Executivo e Legislativo coloquem o Poder Judiciário em primeiro plano, porque o povo brasileiro está cansado de sofrer. Só para exemplificar, um Juiz Federal, hoje, em Minas Gerais, tem no mínimo 5 mil processos para despachar e decidir. Muito obrigado.

O Coordenador - Com a palavra, o representante da CGT em Minas Gerais, Sr. José Cloves Rodrigues.

O Sr. José Cloves Rodrigues - Vou trazer a posição da CGT em Minas Gerais, com relação à reforma constitucional proposta pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao iniciar nossa exposição, consideramos pertinente lembrar as comemorações realizadas em Ouro Preto, no último 21 de abril, quando centenas de trabalhadores, entidades e partidos de oposição evocaram a memória e a luta de Tiradentes.

Passados mais de dois séculos, os motivos que levaram à conjuração mineira ainda estão presentes. Naquela época, era o Império Português que pilhava o Brasil. Hoje são os grandes grupos econômicos, comandados pelos Estados Unidos, que roubam e querem saquear ainda mais o nosso País e o povo brasileiro.

Consideramos as reformas do Governo FHC como a nova derrama.

Para satisfazer seus reais eleitores - o Governo e os empresários norte-americanos -, FHC quer cortar direitos sociais e entregar nossas estatais lucrativas e estratégicas, o que fará retornar o Brasil à situação colonial, submetendo nosso povo a um nível de opressão e miséria ainda mais grave. Por isso, a CGT se pronuncia firmemente contra as atuais propostas de alteração da Constituição.

Acabar com a Previdência dos trabalhadores, desnacionalizar a PETROBRÁS, a ELETROBRÁS, a TELEBRÁS e a Vale do Rio Doce são crimes de traição nacional. Rasgar a CLT, quando se sabe que o salário mínimo no Brasil é o terceiro menor do mundo e que o descumprimento da legislação trabalhista é uma constante, é inadmissível. Entregar a ELETROBRÁS, a TELEBRÁS e a PETROBRÁS - que em seus 40 anos de existência investiu US\$82.000.000.000,00 no Brasil - significa impedir o nosso desenvolvimento e o atendimento dos direitos do povo. Entregar a Vale do Rio Doce significa entregar nosso subsolo e a Amazônia ao controle absoluto das potências estrangeiras.

Não, Srs. Deputados, não é entregando as riquezas nacionais e piorando ainda mais as precárias condições de vida dos trabalhadores que o Brasil vai resolver sua crise. É necessário ter independência. É necessário ter soberania. É necessário ter amor ao povo e repudiar os lobistas que com as malas cheias de dólares compram votos e corrompem consciências.

As reformas que precisam ser feitas são: a reforma agrária, o controle de preços dos oligopólios, a criação de uma política salarial decente e a valorização do salário mínimo; a nacionalização dos Bancos; a suspensão do pagamento da dívida externa, o pleno emprego; rico pagar impostos, investimentos maciços em saúde, moradia, educação, etc. Isso, pelos compromissos e subserviência aos magnatas e aos Estados Unidos, nós sabemos que FHC não vai fazer.

As greves nacionais que tomam conta do País demonstram que os trabalhadores não aceitam o arrocho salarial, o agravamento da pobreza, o crescimento do desemprego e a redução dos serviços públicos essenciais, como saúde, educação e transportes.

Anuncia-se no horizonte a realização de uma greve geral.

A crise no México, na Bolívia, na Argentina e em outros países é exemplo vivo de que a política neoliberal e as reformas propostas só levam à perda da soberania e ao massacre do povo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, as atuais propostas de reforma da Constituição são imorais. Como pode o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que acumula aposentadorias e cargo público, recebendo 71 salários mínimos de aposentadoria mais R\$10.000,00 como Presidente, fora mordomias e outras coisas mais, querer acabar com a aposentadoria do trabalhador?

Como se pode entender que os Presidentes do Senado e da Câmara, aqui presentes, que recebem aposentadorias milionárias, como é o caso do Sr. Luiz Eduardo Magalhães, aos 32 anos de idade e 8 de contribuição, e do ex-Presidente José Sarney, quererem acabar com as aposentadorias por tempo de serviço de quem recebe míseros R\$100,00 por mês?

O momento é grave, Srs. Deputados. O povo não perdoará os traidores. Miremo-nos no exemplo de Tiradentes. Hoje se exaltam e, cada vez mais, se reverenciam os heróis da conjuração. Aos traidores, como Silvério dos Reis, resta o ódio e o repúdio de gerações inteiras. Sejam dignos da memória de Tiradentes. Rejeitemos a reforma imoral e vende-pátria. Obrigado.

O Coordenador - Com a palavra, o representante do Presidente da Federação da Agricultura, Dr. João Roberto Puliti.

O Sr. João Roberto Puliti - A Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais

gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a distinção do convite para trazer a sua contribuição aos trabalhos da reforma constitucional.

Desde 1988, quando da proclamação da Carta Magna, nossa entidade tem procurado participar e contribuir para o maior aperfeiçoamento da Constituição brasileira.

No momento em que surge nova oportunidade de avanços, não podemos nos furtar a trazer essas sugestões e reivindicações sobre questões constitucionais que nos afligem. Entre esses pontos está a questão da prescrição dos direitos trabalhistas, descritos no art. 7º, capítulo II, da Carta Magna, que trata dos direitos sociais, com tratamento diferenciado para o trabalhador urbano e o rural, o que resulta num êxodo rural muito preocupante para a sociedade.

Outro ponto que tem preocupado não só o produtor rural como todos os empresários brasileiros é a alta carga tributária incidente sobre o setor produtivo. No caso específico da produção agropecuária, é urgente diminuir-se, na reforma tributária, agora em estudo no Congresso Nacional e no Executivo, a cobrança do ICMS sobre os produtos agrícolas exportados. Nenhum país organizado e inteligente exporta impostos.

Para não me estender demais, gostaria de colocar apenas esses dois pontos que realmente preocupam muito a classe agropecuária deste País.

Em nome da Federação da Agricultura e de todos os produtores mineiros, agradecemos o convite.

O Coordenador - Com a palavra, o representante da CUT em Belo Horizonte, Sr. Carlos Campos.

O Sr. Carlos Campos - Bom dia. Sr. Presidente, Srs. Deputados e demais presentes neste Plenário, em nome da CUT, queria manifestar a nossa posição, que não é só da CUT, mas de todo um movimento social que se forma, neste País, contra as reformas neoliberais propostas pelo Governo. O eixo central desse movimento é a defesa dos direitos de cidadania, dos direitos conquistados pela sociedade. Não podemos concordar com a maioria das reformas constitucionais propostas, principalmente com o método com que têm sido encaminhadas, contrariando a grande maioria da população brasileira, que não tem sido ouvida. Quanto ao conteúdo, todos os pontos propostos, até agora, sem exceção, prejudicam a maioria dos cidadãos, quer seja na questão da quebra dos monopólios, do respeito ao cidadão ou da Previdência Social. É verdade que precisamos recuperar a Previdência Social, mas acabando com a corrupção, democratizando a participação dos aposentados e trabalhadores, mudando, enfim, a forma de custeio da Previdência, para que ela não continue pagando, a 1 milhão de brasileiros, um salário mínimo de R\$100,00.

Estamos com a CUT numa frente que não é só nossa, mas sim um movimento de parcela significativa da sociedade, que quer construir um Brasil onde as pessoas tenham um mínimo de dignidade e o direito a emprego e salário.

Cheguei atrasado a este Plenário porque estava junto com os trabalhadores da CEMIG, que enfrentam uma das situações mais difíceis, frente à intransigência da Direção da CEMIG e à falta de uma atitude concreta do Governo do Estado, no sentido de providenciar uma negociação mínima com os trabalhadores. Estamos com quatro trabalhadores que recorreram à greve de fome como forma de sensibilizar o Governo do Estado, o Governo Federal e, acima de tudo, o Presidente da CEMIG, a fim de que abram as negociações para se conduzir um processo que seja de acordo com todos.

Nós, da CUT, temos dito, em nível nacional, que é necessário hoje, para que se solucione o impasse dos movimentos reivindicatórios e das greves, que seja estabelecida, como único caminho possível, a negociação. Muito obrigado.

O Coordenador - Com a palavra, o representante da Câmara dos Diretores Lojistas de Belo Horizonte, Sr. Manoel Pereira Bernardes.

O Sr. Manoel Pereira Bernardes - Bom dia a todos. Em primeiro lugar, a Câmara gostaria de agradecer a oportunidade de estar neste Plenário, para discutir suas propostas.

A reforma constitucional tem sido tema constante da sociedade brasileira nos últimos anos, notadamente a partir da última eleição presidencial. Trata-se de matéria importante para cada um de nós, visto representar a Constituição, de fato, um pacto social, em que milhares de interesses legítimos encontram-se em jogo. Cada parcela da sociedade tem o mesmo dever de se posicionar.

Com esse objetivo, procuramos conhecer a opinião de nossos associados. É importante destacar que 98% dos entrevistados são a favor da reforma constitucional. Quanto à importância dos temas propostos, a reforma tributária e a reforma previdenciária são os itens prioritários, em nosso ver.

Sobre a reforma tributária, acima de 90% de nossos associados pronunciaram-se pela desconstitucionalização, pelo alargamento da base tributária, pela redução da regressividade dos impostos, o que mostra certa simpatia pela tributação direta, pela simplificação do sistema tributário, pela redução dos níveis de sonegação, pelo fim da guerra de incentivos fiscais entre os Estados, pelo não-comprometimento do processo de integração do MERCOSUL e pela desoneração das exportações.

Quanto à reforma da Previdência Social, mais de 2/3 dos pesquisados afirmaram a

necessidade da criação da previdência social mista, da separação da previdência e da assistência médica, optaram pela cobrança dos encargos sobre o valor do faturamento em vez da folha de pagamento, e, também, concordamos com um sistema que tem o chamado fator 95, uma combinação da idade com o tempo de trabalho. Finalmente, 70% pronunciaram-se pela municipalização dos recursos e dos encargos. Muito obrigado.

O Coordenador - Com a palavra, o representante do SINDIFISP-MG, Sr. Robson José do Couto.

O Sr. Robson José do Couto - Srs. Senadores, Deputados Federais e Estaduais, demais autoridades presentes, senhoras e senhores: nós, do Sindicato dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias de Minas Gerais, temos discutido arduamente, junto à Federação Nacional de Fiscais de Previdência Social, com sede em Brasília, e a outras entidades representativas de diversos segmentos da sociedade, no Fórum pela Vida, que hoje funciona em Belo Horizonte, entre as quais destacamos sindicatos, partidos políticos e centrais sindicais, propostas para a alteração, mantendo os direitos sociais alcançados e buscando novas formas de arrecadação para o financiamento da seguridade social.

Qualquer reforma na Previdência Social não poderá acontecer para extinguir ou reduzir benefícios já alcançados. Existem propostas, entre os parlamentares, de redução do teto máximo de benefício para 3 ou 5 salários mínimos, passando para a Previdência a tarefa de complementar o que ultrapassar esses valores; dessa forma, seria beneficiado o "lobby" das inúmeras seguradoras, que estão ansiosas por essa fatia da Previdência Social. Somos totalmente contrários à redução do teto de 10 salários de referência, ou melhor, somos, sim, favoráveis ao seu aumento. No passado, já tivemos o teto máximo de 20 salários mínimos, que foi reduzido aos poucos por governos passados. Se a Previdência, sempre que estiver passando por problemas conjunturais, utilizar, como já o fez, a redução do teto, que garantias terão os segurados de que sua contribuição corresponderá ao benefício a ser concedido quando de sua aposentadoria? Entendemos a previdência complementar como sendo um sistema de capitalização individual inacessível à maioria dos contribuintes da Previdência Social, os quais, certamente, não terão condições financeiras de custear sua aposentadoria complementar. A Previdência Social pública é um compromisso da sociedade como um todo.

Aos fiscais da Previdência Social (a quem representamos, como Presidente do SINDIFISP-MG), como cidadãos, interessa tudo o que se refere à seguridade social, mas, enquanto peças do sistema da Previdência Social pública, interessa, de maneira especial, o que diz respeito ao custeio dessa entidade.

Por essa razão, é que o art. 195 da Constituição Federal nos interessa sobremaneira. Conforme consta no § 2º do referido artigo, "a proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos". Estranhamente, na Proposta de Emenda Constitucional nº 33, do Governo Federal, esse parágrafo consta como item a ser suprimido; discordamos totalmente disso.

Devido ao reduzido tempo, abordamos apenas alguns pontos entre vários a serem discutidos por toda a sociedade brasileira, que é a principal interessada nessa discussão. Agradecemos o convite e cumprimentamos a Assembléia Legislativa, na pessoa de seu Presidente, pela democrática abertura deste debate, que é de interesse de toda a população. Muito obrigado.

O Coordenador - Com a palavra, o Diretor do SIND-UTE, Sr. José Augusto Braga.

O Sr. José Augusto Braga - Sr. Presidente, Srs. parlamentares, companheiros e companheiras: nós, os trabalhadores da educação em Minas Gerais, juntamente com a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação, estamos, no mínimo, apreensivos com a reforma constitucional, nos termos em que vem sendo colocada.

Algumas indagações teríamos de fazer. O que reformar, como reformar. Aí, é como o nosso colega Carlos colocou. Temos de atentar para o método e o conteúdo.

Entendemos que a reforma constitucional é, até certo ponto, inoportuna, porque a Constituição de 1988 trouxe algumas conquistas que não foram, ainda, viabilizadas. Considero que elas teriam de ser destacadas e que, de forma alguma, poderiam ser extintas. Se vamos ter reformas, teremos, no mínimo, de ter a garantia de que as conquistas feitas na Constituição de 1988 serão preservadas.

Ainda não conseguimos entender como proceder a alterações na Previdência Social, nos moldes em que estão sendo colocadas. É inadmissível falar nela sem considerar o problema dos aposentados.

Nosso ponto de vista é o de que, se a reforma acontecer, deverá resolver o problema da fome, da miséria, da falta de moradia, dos baixos salários e, especificamente, da educação. É bom que todos saibam que apenas 4% das crianças chegam ao final do ensino fundamental sem nenhuma repetência. Isso é uma calamidade. Para resolver essas questões, não precisamos de reforma constitucional. A MPB que tramita na Câmara e no

Senado está sempre com o discurso bastante atrasado. Uma hora, é um substitutivo; outra hora, é uma emenda aqui, outra acolá, e essa MPB não aparece, porque também traz algumas conquistas para a educação.

Para encerrar, fazemos um apelo. Se essa reforma não tem como ser anulada, que abramos uma ampla discussão com toda a sociedade, para que ela indique se quer reforma e o que precisa ser reformado. Muito obrigado.

O Coordenador - Com a palavra, o Presidente da União Mineira de Defesa da Petrobrás, Sr. Dimas Perrin.

O Sr. Dimas Perrin - Srs. Deputados Federais e Estaduais, Sr. Senador Francelino Pereira, queremos fazer um apelo em nome de grande parte do povo mineiro. Pessoas inscritas na União Mineira de Defesa da PETROBRÁS, quase 100 mil, espalhadas por todo o Estado, entre as quais Deputados Federais e Estaduais, mais de 400 Vereadores e um grande número de Prefeitos, correspondendo ao sentimento de Minas Gerais, pedem que os Srs. Deputados meditem muito sobre o ato que pretendem realizar.

Primeiro, foi a quebra dos monopólios do petróleo e das telecomunicações. Privatizar essas empresas consideradas essenciais ao desenvolvimento do nosso País significa que o Brasil voltará a ser colônia. Principalmente para nós, mineiros, que tanto orgulho temos daquele que, pela primeira vez, no Brasil, reclamou independência, isso significa que voltaremos a ser vassalos. Peço aos Deputados que meditem sobre o ato que vão cometer, porque poderá gerar, em primeiro lugar, gravíssimas conseqüências de ordem econômica e social e, em segundo lugar, conseqüências de ordem moral e política. Não é possível que o povo brasileiro concorde com uma traição tão terrível como essa que pretendem realizar. As conseqüências podem não vir de imediato, mas, quando perceberem que o Brasil foi vendido, que os brasileiros foram traídos, é possível que o povo se mobilize para restabelecer a situação ora existente.

Vou terminar e sugerir que o Sr. Fernando Henrique Cardoso leia as cinco propostas que fez como candidato. Eu reli esse documento. Ali não consta nenhuma palavra relativa a quebra de monopólio ou privatização. Ele enganou o povo, é um perjuro, não cumpriu a Constituição que jurou cumprir. Não seria o caso de se examinar a sua situação? Mas não iria adiantar, porque o seu substituto é a mesma coisa que ele. É preciso que o povo se mobilize e exija que se cumpra a Constituição. Proponho que, ao invés de se reformar a Constituição, se regulamentem os dispositivos que prometeram regulamentar e até hoje não regulamentaram.

O Coordenador - Com a palavra, o Dr. José Tarcísio de Almeida Melo, representante da Associação dos Magistrados de Minas Gerais.

O Sr. José Tarcísio de Almeida Melo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, "nós, os magistrados, subscrevemos as duas propostas feitas, nesta sessão, pela OAB, de ampla divulgação, pelo Congresso Nacional, das propostas de emenda à Constituição do Governo, nos órgãos de imprensa de grande circulação do País, e de reaparelhamento do Judiciário de modo a lhe dar condições de cumprir com eficácia suas funções.

A Associação dos Magistrados Mineiros (AMAGIS) sugere:

1 - o fortalecimento dos Estados federados, para que cada um resolva seus problemas peculiares (controles centralizadores dependem da discussão de sua eficiência, de seu caráter antifederativo, com votação autoritária, e da salvaguarda das garantias da sociedade quanto a julgamentos livres e imparciais, as quais dependem dos Juizes, que zelam pela efetividade daquelas); 2 - a reforma da Previdência Social não poderá restringir os direitos sociais, conquistados pela Constituição de 1988, não só porque são tecnicamente intangíveis como porque representam o consenso nacional mínimo para a estabilidade das instituições; por isso, os Estados não deverão se despojar das Previdências de seus servidores, pois tal atitude não apenas representaria perda da autonomia estadual como, para vários Estados, a condenação ao mínimo direito comum; 3 - o monopólio estatal do direito, que não se confunde com as funções judicial, militar e diplomática privativas do Estado, deve ser discutido, com o aproveitamento das profissões jurídicas, de voluntários experientes da OAB e do Ministério Público na expansão da solução extrajudicial dos conflitos, mediante mediação, avaliação e arbitragem. Na mediação, o mediador auxilia as partes a definir suas posições em relação aos pontos em litígio e a explorar alternativas de solução. A avaliação confidencial, por advogado experiente e neutro, mostrando os pontos fracos e fortes de cada parte e as convergências, induz acordos. Os Estados Unidos oferecem exemplos de empresas, como a American Arbitration Association, criadas com a finalidade de incentivar as pessoas à solução de seus problemas por modos extrajudiciais, e a Califórnia adota o sistema do "rent-a-judge", mediante o qual as partes contratam um Juiz aposentado para solucionar a lide, não se permitindo a revisão da matéria pelo Judiciário.

São estas as propostas que tinha a apresentar a V. Exa.

O Coordenador - Esta coordenadoria solicita aos participantes que ainda não encaminharam suas propostas por escrito que o façam, neste momento, por intermédio das recepcionistas que se encontram no Plenário, a fim de que tais propostas possam ser entregues ao Senador Júlio Campos, 2º-Vice-Presidente do Senado Federal, e ao

Deputado Luiz Eduardo Magalhães, Presidente da Câmara dos Deputados. Sr. Presidente, Deputado Agostinho Patrús, este Coordenador se desincumbe de sua tarefa, devolvendo a V. Exa. a direção de nossos trabalhos.

Entrega das Propostas

O Sr. Presidente - Esta Presidência, neste momento, passará às mãos do Senador Júlio Campos e do Deputado Luiz Eduardo Magalhães as propostas de alteração da Constituição Federal, encaminhadas a esta Casa por entidades mineiras. Nesta oportunidade, passamos a palavra a S. Exa. o Senador Júlio Campos, 2º-Vice-Presidente do Senado Federal, representando o Presidente do Senado, Senador José Sarney. Com a palavra, o Senador Júlio Campos.

Palavras do Senador Júlio Campos

O Senador Júlio Campos - Exmo. Sr. Presidente do Poder Legislativo de Minas Gerais, demais integrantes desta Mesa Diretora dos trabalhos, é uma honra imensa estar hoje em Minas Gerais representando o Senador José Sarney, que se encontra em visita ao Japão, não tendo podido, por isso, comparecer a este encontro.

Nesta oportunidade, queremos congratular-nos com a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, com os parlamentares deste Estado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, pela realização deste encontro, que faz com que a sociedade civil mineira participe da reforma da Constituição.

Foi muito proveitoso para nós, nesta manhã, ouvirmos o que pensa a sociedade mineira, desde nossos trabalhadores, integrantes da CUT, da Força Sindical, das organizações sindicais, como também das classes empresariais, através das diversas federações que compareceram e dos segmentos sociais, representantes dos estudantes, da magistratura, dos previdenciários e dos aposentados.

Voltamos para Brasília levando às mãos do Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, essas justas reivindicações que a sociedade mineira apresenta com relação à reforma da Constituição, tão importante para o Brasil e, ao mesmo tempo, tão discutida, tão polêmica. Temos, nesta oportunidade, de entender que o Brasil mudou, e que o mundo mudou nesses últimos anos.

O Brasil, realmente, não pode deixar de discutir os seus problemas, as suas mazelas e as suas dificuldades. É por isso que o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, democraticamente eleito pela maioria absoluta do povo brasileiro, em primeiro turno, por 54% dos votos, apresentou essa proposta de reforma ao Congresso Nacional, que, por sua vez, foi recentemente eleito por esse mesmo povo brasileiro. Não há nenhum Deputado ou Senador biônico. Há representantes, eleitos no pleito de 3 de outubro pelo voto popular. A minoria se faz representar naquela Casa, bem como a maioria. Nesta oportunidade, é bom que aqueles que defendem a democracia plena saibam também ouvir os porta-vozes do povo brasileiro, saibam discutir democraticamente os nossos problemas.

O Brasil é um país com vários segmentos sociais, e para ouvir a todos eles é que a Assembléia mineira fez este encontro. As pesquisas de opinião pública, feitas nos institutos de maior confiabilidade do País, mostram que cerca de 80% do povo brasileiro espera essa reforma que o Brasil está fazendo agora. Essa reforma será votada democraticamente pelo povo, através de seus representantes estaduais e federais. Por isso é que, Sr. Presidente, Deputado Agostinho Patrús, e representantes de Minas no parlamento estadual e no Congresso Nacional, tenho certeza de que este valioso encontro dará a nós, representantes da Nação, um posicionamento claro do que devemos votar. Assuntos polêmicos serão discutidos pelo povo num prazo maior. A Câmara dos Deputados tem tido um comportamento exemplar, discutindo e votando, sob a liderança do seu Presidente, Deputado Luiz Eduardo Magalhães.

Nesta oportunidade, quero parabenizar os Deputados Federais e, em especial, os Deputados de Minas Gerais, pela rapidez com que a Câmara tem cumprido seu dever constitucional de reformar a Carta Magna deste País. Tenho certeza absoluta de que o Senado Federal também cumprirá com sua responsabilidade para com o Brasil. Iremos votar, com a rapidez necessária, todas as reformas, doa a quem doer. Iremos votar como pensa a maioria do povo brasileiro, que cansou dos discursos demagógicos, que cansou das promessas nunca cumpridas.

O que o povo brasileiro quer é um país próspero, com mais empregos para essa juventude que hoje termina sua faculdade e não tem onde trabalhar. O Brasil tem, até hoje, um salário indigno perante a comunidade internacional. O Brasil espera que o Governo Federal cumpra sua obrigação nas áreas de educação, saúde e segurança e deixe para a iniciativa privada - empresários brasileiros e internacionais - tocar a parte que lhe compete.

Vamos estudar com carinho as preocupações dos trabalhadores da área de petróleo e da área mineral; vamos estudar com carinho as justas reivindicações dos aposentados. Sabemos que há polêmica, mas esses assuntos serão discutidos com a tranqüilidade e o respeito que merece o povo brasileiro. Com justiça social, o Governo fará sua parte, e o empresariado brasileiro fará a sua.

Parabéns, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Parabéns,

Deputados Estaduais e Federais deste Estado. Contem com o Brasil, como o Brasil conta com vocês. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Presidente da Câmara Federal, Deputado Luiz Eduardo Magalhães.

Palavras do Deputado Luiz Eduardo Magalhães

O Deputado Federal Luiz Eduardo Magalhães - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Prefeito de Belo Horizonte, meus colegas Deputados Federais, Srs. Deputados Estaduais, representantes da sociedade civil, meus amigos de Minas Gerais. É com muita honra que aceitei o convite para participar deste debate sobre um assunto que é para ser tratado com a maior seriedade, que é a revisão e a modificação da Constituição brasileira.

Até há pouco tempo, não se acreditava que o Poder Legislativo fosse capaz de discutir e votar temas tão importantes. Na legislatura passada, um pequeno grupo de Líderes conseguiu inviabilizar a revisão da Constituição do Brasil, sem deixar o Plenário se manifestar. Hoje é diferente, o parlamento tomou consciência de seu papel no Brasil. As eleições mostraram claramente que a sociedade queria a estabilização da economia, queria a inflação baixa, queria o crescimento sustentado. Por isso, o novo Congresso está deliberando, está votando democraticamente e está aprovando as emendas da Constituição do Brasil.

A Câmara dos Deputados mostrou que mudou a feição. Já se sabe hoje que os Deputados não têm receio de votar contra os privilegiados, contra aqueles que querem manter o monopólio, por via de reserva de mercado, e as aposentadorias especiais, como Deputados, Juizes e professores, contra aqueles que querem manter seus privilégios, custeados pela sociedade brasileira.

É isso que vamos mudar. É disso que o novo Congresso tomou consciência e o Brasil precisa. Nosso compromisso não é mais com aqueles pequenos grupos organizados que desejam impedir a mudança. Perguntaria: se não formos nós, quem? Se não for agora, quando vamos levar o Brasil para a competição internacional?

Pessoalmente, sou contra os monopólios porque acho que as empresas estatais podem sobreviver da competição com eficiência e produtividade. Não o monopólio para proteger apenas alguns setores, quando o Brasil precisa atrair capital para sua infra-estrutura, atrair capitais para a mineração e a telefonia.

Hoje, infelizmente, o nosso País não consegue atender à demanda, por falta de capacidade de investimento das suas empresas estatais. É por isso que o Congresso Nacional, na sua independência, na sua soberania, vai democraticamente escolher como votará as reformas enviadas pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

É preciso que mantenhamos a estabilidade da nossa economia, e para isso é preciso um programa de ajuste fiscal, bem como uma privatização maciça para que tenhamos condições de derrubar as taxas de juros e voltar a crescer em condições sustentadas.

O Brasil hoje é outro. O parlamento brasileiro é outro. E a sociedade já sabe que, se quiser rejeitar alguma proposta, o fará democraticamente, por meio dos representantes do povo, votando no Plenário.

Meus amigos de Minas Gerais, ouvi com atenção as reivindicações mais legítimas de todos os setores. Vamos receber as propostas que o Presidente da Assembléia nos entregou, levá-las a Brasília e entregá-las às Lideranças das diferentes agremiações partidárias que têm hoje assento na nossa Casa. Não temos receio, não temos medo, vamos votar e, democraticamente, decidir o futuro do Brasil. Muito obrigado, meus amigos de Minas Gerais.

Palavras do Sr. Presidente

O Sr. Presidente - Mais que um anseio dos 34 milhões e meio de brasileiros que, no último pleito, votaram pela governabilidade deste País, mais que uma necessidade urgente e inadiável, a reforma constitucional é, no presente, um fato irreversível. Essa realidade pode ser sentida no renovado vigor com que o Congresso se aplica para dar à Nação brasileira uma Constituição capaz de alavancar-nos rumo a horizontes de estabilidade e desenvolvimento sustentáveis. Pode ser sentida, ainda, no apoio da grande maioria da população a esse projeto, cuja execução é premissa básica para uma moeda estável e para uma melhoria consistente no padrão de vida de nosso povo.

Os ideais de liberdade germinaram primeiro no coração da gente da montanha. A sabedoria e o realismo do mineiro foram decisivos na definição dos caminhos da redemocratização do País. Agora, quando se trata de dar ao Brasil as condições para exorcizar os fantasmas da inflação e do subdesenvolvimento, condições para inserir-nos de forma definitiva no rol das economias modernas, Minas se faz mais uma vez presente com sua participação e seu apoio.

Sim, não faltará o apoio político desta terra ao Presidente da República, um Presidente que tem dado reiteradas provas de fidelidade aos ideais democráticos que sempre o inspiraram, um Presidente que, no processo das reformas, vem mostrando uma abertura incondicional ao debate, uma capacidade quase infinita de ouvir e ponderar, uma louvável atitude de valorização da representação parlamentar e de diálogo com o Legislativo. Na certeza de que tudo se fará, sob a égide dos interesses nacionais e

dentro do respeito aos valores fundamentais da democracia, à ordem vigente, aos direitos adquiridos e às situações jurídicas consolidadas, a comunidade mineira coloca-se decididamente a favor das mudanças.

Esta Casa elegeu a parceria com a sociedade como princípio inspirador de suas ações. Em coerência com esse pensamento, acredita que a reforma da constituição deve ser feita com a mais ampla participação popular. Muito mais que grupos e corporações, o povo sabe o que deve ser alterado, compreende a necessidade das alterações, tem propostas e contribuições positivas a oferecer ao processo. Daí a conveniência de se ampliarem os canais de comunicação com todos os segmentos sociais. Só assim poderá manifestar-se livremente o sentimento nacional, que aspira, neste momento, ao realismo, à verdade e à responsabilidade.

Esse é o espírito da presente reunião. Ao vir ao encontro das entidades da sociedade civil, a bancada mineira no Senado e na Câmara, acompanhada dos Presidentes dessas Casas Legislativas, dá o mais eloquente testemunho de seu compromisso com a participação da comunidade estadual no debate sobre as reformas. A representação de Minas no Congresso Nacional, com seu peso político e com a força de sua elevada qualidade, mostrará que este Estado faz muito mais que apoiar o processo: está engajado nele de modo positivo e concreto. Com sua atitude, nossa bancada em Brasília está abrindo a cada mineiro a oportunidade de exercer plenamente sua cidadania e de colaborar efetivamente nesse passo decisivo que o Brasil precisa dar.

Cumprido o objetivo deste encontro, a Presidência agradece a presença do Senador Júlio Campos, do Deputado Federal Luiz Eduardo Magalhães, dos Senadores, dos Deputados Federais, dos Deputados Estaduais, de autoridades aqui presentes, como o Presidente do Tribunal de Justiça, dos demais convidados, das entidades que aqui compareceram, numa demonstração de confiança nesta Casa Legislativa, e que puderam livremente se manifestar, da imprensa.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA SOCIAL

Às dez horas e quarenta minutos do dia vinte de abril de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Djalma Diniz, Miguel Martini e Antônio Roberto, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Djalma Diniz, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Miguel Martini que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos parlamentares presentes. Em seguida, a Presidência distribui os Requerimentos n°s 185 e 206/95 ao Deputado Antônio Roberto e os Requerimentos n°s 222, 226, 247 e 367/95 ao Deputado Miguel Martini. Passa-se à 2ª parte da reunião, fase em que são discutidas e votadas as proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. O Deputado Djalma Diniz passa a Presidência ao Deputado Miguel Martini para que seja apreciada proposição de sua autoria, distribuída na reunião anterior ao Deputado Antônio Roberto. O relator emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação do Requerimento n° 100/95, que, submetido a votação, é aprovado. Reassumindo a direção dos trabalhos, o Deputado Djalma Diniz defere os pedidos de prazo regimental, solicitados pelo Deputado Antônio Roberto, para emitir pareceres sobre os Requerimentos n°s 185 e 206/95. Em seguida, o Deputado Miguel Martini emite pareceres mediante os quais conclui pela aprovação dos Requerimentos n°s 222, 226, 247 e 267/95. Submetidos a votação, cada um por sua vez, ficam aprovados os mencionados requerimentos. O Presidente submete a votação, nos termos da Deliberação n° 487, os Requerimentos n°s 142/95, de autoria do Deputado Carlos Pimenta; 149/95, de autoria do Deputado Paulo Schettino; e 151/95 com as Emendas n°s 1 e 2, de autoria do Deputado Dimas Rodrigues, sendo aprovadas as proposições. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de maio de 1995.

Djalma Diniz, Presidente - Paulo Schettino - Glycon Terra Pinto.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia dezessete de maio de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados José Henrique, Sebastião Costa, Dílzon Melo, Ivair Nogueira, João Batista de Oliveira, José Maria Barros e Elmo Braz, membros da Comissão supracitada, e também os Deputados Marcos Helênio, Ivo José, Ermano Batista, Marcelo Gonçalves, José Braga, Paulo Piau, Carlos Pimenta, Álvaro Antônio e Elbe Brandão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado José Henrique, declara aberta a reunião, solicita ao Deputado Ivair Nogueira que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes, e faz a leitura da correspondência: uma da Câmara Municipal de Igarapé, que solicita análise criteriosa do processo de emancipação do Distrito de São Joaquim de Bicas, no Município de Igarapé, e outra do Sr. Joaquim Pereira Neto, suplente de Deputado Estadual, que parabeniza a Comissão pelo excelente trabalho que vem desempenhando e apresenta apoio irrestrito aos processos de emancipação dos Distritos de São Sebastião do Anta, São Domingos das Dores, Tabajara e Itajutiba. A seguir, a Presidência informa sobre os relatores designados para os seguintes processos de emancipação: Requerimentos de Emancipação n°s 88, 91, 93 e 94/95, Deputado José Maria Barros; 92 e 99/95, Deputado Dílzon Melo; 97/95, Deputado Sebastião Costa; 90 e 98/95, Deputado Dimas Rodrigues; 100 e 101/95, Deputado Ivair Nogueira; 89, 95 e 96/95, Deputado João Batista de Oliveira. A Presidência informa que a finalidade da reunião é apreciar a matéria constante na pauta e passa à 2ª fase da Ordem do Dia, com a discussão e votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. Concede, então, a palavra ao Deputado Dílzon Melo, relator do Projeto de Lei Complementar n° 1/95, que lhe foi distribuído anteriormente, e dos Requerimentos de Emancipação n°s 53/95, do Deputado Romeu Queiroz, referente ao Distrito de Uruana, Município de Unaí; 79/95, do Deputado Ermano Batista, referente ao Distrito de Piedade, Município de Caratinga; 80/95, do Deputado Péricles Ferreira, referente ao Distrito de Santa Cruz de Salinas, Município de Salinas; 81/95, do Deputado Carlos Pimenta, referente ao Distrito de Cônego Marinho, Município de Januária. O relator emite parecer pela aprovação das Emendas n°s 5 e 6 apresentadas em Plenário ao Projeto de Lei Complementar n° 1/95, inseridas no Substitutivo n° 2, de sua autoria. Para discutir o parecer, fazem uso da palavra os Deputados João Batista de Oliveira, Ivo José, Ermano Batista e Ivair Nogueira, que solicita vista do processo, o que é deferido pelo Presidente. Quanto aos requerimentos de emancipação, o relator profere pareceres pela apresentação de requerimentos ao Plenário solicitando sejam enviados ofícios ao TRE para a realização dos plebiscitos. Colocados em discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os pareceres. O Deputado José Maria Barros emite parecer sobre o Requerimento de Emancipação n° 87/95, do Deputado Carlos Pimenta, concluindo pela apresentação de requerimento ao Plenário solicitando seja enviado ofício ao TRE para a realização do plebiscito no Distrito de Brejo do Amparo, Município de Januária, o que é aprovado, após discussão e votação. O Deputado José Henrique emite pareceres sobre os Requerimentos de Emancipação n°s 76/95, do Deputado João Batista de Oliveira, e 77/95, da Deputada Elbe Brandão, concluindo pela apresentação de requerimentos ao Plenário solicitando sejam enviados ofícios ao TRE para a realização dos plebiscitos nos Distritos de Lagoa Bonita, Município de Cordisburgo, e no Distrito de Guaraciama, Município de Bocaiúva, respectivamente, os quais, discutidos e votados, são aprovados por unanimidade. Relator dos Requerimentos de Emancipação n°s 56, 75, 78 e 86/95, dos Distritos de Veredinha e Mendonça, Município de Turmalina; Belisário, Município de Muriaé; Olhos d'Água, Município de Bocaiúva; Japonvar e Nova Minda, Município de Brasília de Minas, respectivamente, o Deputado Ivair Nogueira oferece pareceres pela apresentação de requerimentos ao Plenário solicitando sejam enviados ofícios ao TRE para a realização dos plebiscitos. Discutidos e votados, cada um por sua vez, são aprovados por unanimidade. O Requerimento de Emancipação n° 8/95, do Deputado Carlos Murta, sobre o Distrito de Vila Almeida, Município de Jabuticatubas, é redistribuído ao Deputado Elmo Braz, que emite parecer pela apresentação de requerimento ao Plenário solicitando seja enviado ofício ao TRE para a realização do plebiscito e ressalta, em seu voto, a importância da emancipação do Distrito de Vila Almeida, parabenizando a comissão emancipacionista pelo empenho com que vem conduzindo o processo. Os Deputados Sebastião Costa, Ivair Nogueira e Marcelo Gonçalves também fazem uso da palavra. Colocado em votação, é aprovado por unanimidade o parecer. Nesse momento, o Deputado Elmo Braz retira-se do recinto e registra-se o comparecimento do Deputado Dimas Rodrigues. O Deputado Sebastião Costa oferece pareceres pela apresentação de requerimentos ao Plenário solicitando sejam enviados ofícios ao TRE para a realização dos plebiscitos nos Distritos de Azurita, Município de Mateus Leme, e Curral de Dentro, Município de Águas Vermelhas, os quais, após discussão e votação, são aprovados. O Deputado Dimas Rodrigues emite parecer pela rejeição da Emenda n° 1, apresentada em Plenário, ao Requerimento de Emancipação n° 3/95, sobre o Distrito de Divisa Alegre, Município de Águas Vermelhas, e pela

apresentação de requerimentos ao Plenário solicitando sejam enviados ofícios ao TRE para a realização do plebiscito. Colocado em discussão, fazem uso da palavra os Deputados Sebastião Costa, José Braga e Dimas Rodrigues. Colocado em votação, o parecer é aprovado. Também é aprovado o parecer do Deputado Dimas Rodrigues sobre o Requerimento de Emancipação nº 83/95, do Distrito de Frei Jorge, Município de Mendes Pimentel. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece o comparecimento dos Deputados, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária de 18/5/95, às 9h30min, no Plenarinho IV, com a finalidade de apreciar os pareceres sobre os seguintes processos de emancipação: Requerimentos de Emancipação nºs 89/95, do Distrito de Vermelho Novo, no Município de Raul Soares, 92/95, do Distrito Itajutiba, no Município de Inhapim; 88/95, do Distrito de Flor de Minas, no Município de Gurinhatã; 91/95, do Distrito de Fruta de Leite, no Município de Salinas; 93/95, do Distrito de José Gonçalves de Minas, no Município de Berilo; 82/95, do Distrito de Miravânia, no Município de Manga; 100/95, do Distrito de Ninheira, no Município de São João do Paraíso; 101/95, do Distrito de Reduto, no Município de Manhauçu; 90/95, Lelivéldia, no Município de Berilo; 98/95, do Distrito de Palmeiral, no Município de Botelhos. Determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de maio de 1995.

José Henrique, Presidente - Dimas Rodrigues - Dílzon Melo - José Maria Barros - Ivair Nogueira - Sebastião Costa - João Batista de Oliveira.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 31/5/95

1ª Parte (Pequeno Expediente)

(das 14 às 15 horas)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15 às 16 horas)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Flor de Minas, quanto à sua emancipação do Município de Gurinhatã.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Lelivéldia, quanto à sua emancipação do Município de Berilo.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Fruta de Leite, quanto à sua emancipação do Município de Salinas.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Itajutiba, quanto à sua emancipação do Município de Inhapim.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de José Gonçalves de Minas, quanto à sua emancipação do Município de Berilo.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Cantagalo, quanto à sua emancipação do Município de Peçanha.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Monte Verde, quanto à sua emancipação do Município de Camanducaia.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população dos Distritos de Mucuri e Rio Pretinho, quanto à sua emancipação do Município de Teófilo Otoni.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Topázio, quanto à sua emancipação do Município de Teófilo Otoni.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal

Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Palmeiral, quanto à sua emancipação do Município de Botelhos.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Tabajara, quanto à sua emancipação do Município de Inhapim.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Ninheira, quanto à sua emancipação do Município de São João do Paraíso.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Reduto, quanto à sua emancipação do Município de Manhauçu.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Vista Alegre, quanto à sua emancipação do Município de Claro dos Poços.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de São Pedro de Caldas, quanto à sua emancipação do Município de Caldas.

2ª Fase

(das 16 às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 1/95, do Deputado Anderson Adauto, que dispõe sobre acréscimo de inciso ao art. 5º da Lei Complementar nº 37, de 18/2/95. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Assuntos Municipais opinou pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela sua aprovação, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Assuntos Municipais, e com as Emendas nºs 1 a 4, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Assuntos Municipais, que opina pela aprovação do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela prejudicialidade das Emendas nºs 5 e 6. Ficam, ainda, prejudicadas as Emendas nºs 1 e 2.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 51/95, do Deputado Sebastião Helvécio, que cria o Fundo Estadual de Alimentação Escolar - FEAE - e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 190/95, da Comissão de Agropecuária e Política Rural, que aprova, em conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 31/5/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos de Emancipação nºs 134/95, do Deputado Anderson Adauto; 120 e 127/95, do Deputado Antônio Andrade; 128/95, do Deputado Bonifácio Mourão; 135/95, do Deputado Carlos Pimenta; 113/95, do Deputado Clêuber Carneiro; 125/95, do Deputado Dimas Rodrigues; 124/95, do Deputado Dinis Pinheiro; 130/95, da Deputada Elbe Brandão; 132 e 133/95, do Deputado Ermano Batista; 131/95, do Deputado Jairo Ataíde; 118 e 121/95, do Deputado Kemil Kumaira; 126/95, da Deputada Maria José Haueisen; 129/95, do Deputado Miguel Barbosa; 136/95, do Deputado Romeu Queiroz; 117/95, do Deputado Wanderley Ávila.

Discussão e votação de proposição que dispensa a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 130/95, do Deputado Bonifácio Mourão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA ENERGÉTICA, HÍDRICA E MINERÁRIA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 31/5/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir o Sr. Klaue Helmut Schweizer, Diretor-Presidente da Ferteco Mineração S.A., representado pelo Sr. João Paulo Correia de Melo, Gerente de Recursos Humanos da Ferteco S.A., que prestará esclarecimentos sobre o processo de terceirização, sobre o TQC (Controle de Qualidade Total) e sobre as demissões de funcionários da referida empresa.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA, NO PRAZO DE 60 DIAS, CONHECER, DEBATER, PROPOR E ACOMPANHAR TODAS AS AÇÕES DO GOVERNO FEDERAL

**DESENVOLVIDAS NO PROPOSTO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DA CIA. VALE DO RIO DOCE - CVRD -,
A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 1º/6/95**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir o convidado Sr. Olímpio Pires Guerra, Prefeito Municipal de Itabira.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, parágrafo único, I, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 31/5/95, destinadas, a primeira, à apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 1/95, do Deputado Anderson Aduato, que dispõe sobre acréscimo de inciso ao art. 5º da Lei Complementar nº 37/95, de 18/2/95; do Projeto de Resolução nº 190/95, da Comissão de Agropecuária e Política Rural, que aprova, em conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica, e do Projeto de Lei nº 1.644/93, de iniciativa popular, que cria o Fundo Estadual de Moradia Popular; e a discussão e votação de pareceres de redação final; e a segunda, a discussão e votação de pareceres, a votação de requerimentos e a apreciação da matéria constante na pauta da primeira, acrescida dos Projetos de Lei nºs 15/95, do Deputado Gilmar Machado, que cria a área de preservação permanente na bacia hidrográfica do rio Uberabinha, 24/95, do Deputado Ivo José, que dispõe sobre a criação das áreas de proteção ambiental nas lagoas marginais do rio Doce e em seus afluentes e dá outras providências, e 51/95, do Deputado Sebastião Helvécio, que cria o Fundo Estadual de Alimentação Escolar e dá outras providências; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 30 de maio de 1995.

Agostinho Patrús, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Geraldo Rezende, Glycon Terra Pinto, Romeu Queiroz, Clêuber Carneiro, Marcos Helênio e Alencar da Silveira Júnior, membros da Comissão supracitada, para a reunião extraordinária a ser realizada no dia 31/5/95, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de apreciar, em 2º turno, o Parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 1/95, de autoria do Deputado Anderson Aduato, que dispõe sobre o acréscimo de inciso ao art. 5º da Lei Complementar nº 37/95, de 18/1/95.

Sala das Comissões, 30 de maio de 1995.

Miguel Martini, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

**PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI
Nº 213/95**

Comissão de Constituição e Justiça
Relatório

De autoria do Deputado Jorge Hannas, o Projeto de Lei nº 213/95 (ex-Projeto de Lei nº 1.668/93) visa a declarar de utilidade pública a Loja Maçônica Voluntários da Pátria, com sede no Município de Cataguases.

Desarquivada, foi a proposição publicada em 29/4/95, vindo agora a esta Comissão para exame preliminar quanto a sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 195, c/c o art. 103, V, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A matéria em exame tem como suporte a Lei nº 5.830, de 6/12/71, que contém os requisitos para a declaração de utilidade pública de entidades. A Loja Maçônica Voluntários da Pátria atende às condições estabelecidas pela citada lei, tendo em vista a documentação apresentada, razão pela qual não encontramos óbice à tramitação do projeto.

Conclusão

Diante do exposto, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 213/95 na forma proposta.

Sala das Comissões, 30 de maio de 1995.

Geraldo Santanna, Presidente - Antônio Genaro, relator - Leonídio Bouças - Simão Pedro Toledo - Arnaldo Penna - Anivaldo Coelho.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI

Nº 130/95

Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Relatório

O Projeto de Lei nº 130/95, do Deputado Bonifácio Mourão, objetiva declarar de utilidade pública a Associação dos Municípios da Microrregião da Bacia do Suaçuí - AMBAS -, com sede no Município de Guanhães.

Aprovado o projeto no 1º turno, em sua forma original, cabe a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria no 2º turno, em obediência ao que dispõe o Regimento Interno.

Fundamentação

A mencionada entidade trabalha para integrar administrativa, econômica e socialmente os municípios que representa, contribuindo, dessa forma, para o crescimento da região.

Assim sendo, a entidade merece ser declarada de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões exaradas, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei nº 130/95 no 2º turno, na forma original.

Sala das Comissões, 30 de maio de 1995.

Sebastião Costa, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 23/5/95

A Deputada Maria Olívia* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, profissionais da imprensa, senhoras e senhores, o jornal "O Globo" do dia 18 de maio, quinta-feira, trouxe duas matérias da maior importância para Minas Gerais e para a política mineira.

Em sua página 2, na coluna de Tereza Cruvinel, está escrito: "Eduardo Azeredo, Governador de Minas, é encabulado e tímido. Nem por isso conseguiu esconder o contentamento com as palavras que ouviu ontem do Presidente do Senado, José Sarney. Com ele, disse o Senador, Minas está recuperando o espaço que sempre lhe pertenceu nas decisões políticas nacionais, perdido nos últimos tempos, pelo eclipse das lideranças mais antigas. Cada vez se presta mais atenção a Azeredo em Brasília".

Na página 4, na coluna de Márcio Moreira Alves, sob o título "Uma Estrela Sobe", a qual peço, Sr. Presidente, seja registrada nos anais da Casa, o articulista tece elogios ao Governador mineiro, Eduardo Azeredo. Cito alguns trechos do artigo:

"Ao longo dos últimos oito anos, as governorias de Newton Cardoso e Hélio Garcia, por motivos diferentes, retiraram Minas Gerais dos centros de decisões políticas do país. Em conseqüência, nós, os repórteres políticos, perdemos a memória histórica e o hábito de olhar para o Palácio da Liberdade".

Em outro trecho, o jornalista diz: "Azeredo ofereceu uma recepção. Compareceram 44 dos 53 Deputados Federais e os 3 Senadores de Minas. Estavam lá desde o conservador Eliseu Rezende aos petistas Paulo Delgado e Tilden Santiago. Foi a maior demonstração de influência de um Governador sobre a Bancada do seu Estado até agora dada em Brasília".

Ainda a seguir, ele escreve: "Quando se lançou candidato contra Hélio Costa, vedete do jornalismo televisivo, que disparava nas pesquisas de opinião, depois de quatro anos de campanha, o próprio Fernando Henrique não acreditava na vitória do correligionário, e andou aceitando agrados do seu adversário, que concorria pelo PP". Finalmente, diz: "Eleito Governador, compôs um secretariado integrado por membros de seis partidos políticos, embora reservasse para a sua cota pessoal algumas secretarias técnicas, como as da Fazenda, do Planejamento, da Educação e da Saúde. Com isso, obteve a sustentação de 55 dos 77 Deputados da Assembléia Legislativa. Melhor: tornou-se o Governador mais popular do País, com 82% de aprovação dos governados.

Quem aposta no futuro deve plantar uma antena em Belo Horizonte e prestar atenção nesse Governador que tem cara de professor de matemática sonso, mas já se mostrou capaz de mobilizar as esperanças de milhões de eleitores".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, acho importante o registro dessa matéria, que demonstra o grande prestígio do Governador, que já extrapola as nossas fronteiras e é visto em todo o País como um político moderno, hábil e inteligente, dentro das mais caras tradições mineiras, como uma estrela que sobe, cujo destino, por ser um homem predestinado, afirmo ser o Palácio do Planalto.

* - Sem revisão da oradora.

O Deputado Almir Cardoso - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, representantes da imprensa e público das galerias, o movimento sindical rural deu prova de amadurecimento quando da realização do 6º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, que definiu filiar a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG - à CUT, trazendo para o campo de nossa central sindical a mais importante confederação de trabalhadores.

Os 31 anos de trajetória da CONTAG representam um patrimônio histórico de grande significado político para os trabalhadores rurais brasileiros. A CONTAG teve um importante papel nas articulações que levaram os trabalhadores à criação das centrais sindicais, esteve presente nos principais momentos históricos vividos pelos trabalhadores rurais nas últimas décadas - derrota da ditadura e consolidação da democracia - e, no momento que se encaminha a passos largos para a consolidação da unidade dos trabalhadores rurais brasileiros, sua filiação à CUT fortalece o projeto da classe trabalhadora, defendido como uma concepção sindical plural, democrática, autônoma e de luta.

A CUT, maior central sindical da América Latina, em seus 11 anos de luta, consolidou-se como peça importante no cenário político brasileiro. Agora, com essa união, a CUT, principal interlocutora dos trabalhadores brasileiros urbanos e rurais, nos planos nacional e internacional, e a CONTAG, única representante sindical dos trabalhadores rurais, saem ainda mais fortalecidas.

O amadurecimento político que, naquele congresso, possibilitou a constituição de chapa unitária para a direção da CONTAG, formada por dirigentes com grande experiência e alta representatividade do movimento sindical rural, revela uma unidade fundamental para enfrentar os desafios colocados pela conjuntura, especialmente no que tange à luta por reformas populares, ao combate às propostas do projeto neoliberal do Governo FHC e à formulação de um projeto alternativo de desenvolvimento para o campo.

Por esses motivos, saudamos a CUT e os dirigentes sindicais rurais de todas as federações e sindicatos por essa importante decisão e convidamos todos a contribuir para esse projeto, que representa a possibilidade de uma vida melhor. A filiação realizada sindicato a sindicato significa a construção do alicerce tão necessário para fortalecermos a nossa luta pelo desenvolvimento da solidariedade entre os trabalhadores do campo e da cidade. Num segundo momento, gostaríamos de abordar a experiência das audiências públicas. Participamos, em Sete Lagoas, da audiência que abriu esta temporada de audiências públicas e, na semana passada, da audiência de Unaí, no Noroeste de Minas. Vou passar à leitura de um manifesto do Partido dos Trabalhadores da cidade de Paracatu. (-Lê:)

"A audiência pública regional, realizada em Unaí, nos dias 18 e 19 de maio, trouxe mais uma vez à tona uma triste constatação: a sociedade civil organizada está sendo enganada e manipulada pelos Prefeitos. O propósito de uma audiência pública, que deveria ser o de ouvir e encaminhar as demandas populares, está sendo substituído pelos fortes "lobbies" armados pelos Prefeitos, através de suas associações macrorregionais.

Antes mesmo do início das discussões das propostas em Unaí, os Prefeitos da AMNOR - Associação dos Municípios do Noroeste de Minas - se reuniram e fecharam questão em torno de dez propostas, sem considerar o caráter de seu interesse regional, levando em consideração apenas as necessidades locais e os interesses particulares de cada município.

Os Prefeitos, em número de 14, armaram então um forte esquema para que suas propostas fossem aprovadas e, usando seu poder político, conseguiram apoio e

priorizaram exatamente as dez propostas previamente decididas entre si. A sociedade civil, ali representada pelas associações, sindicatos e organizações não-governamentais, serviram apenas de figurantes a toda esta encenação política.

Queremos alertar aos organizadores das audiências para que isto não volte a acontecer. Fatos como o ocorrido em Unaí apenas desestimulam a população de participar de outras audiências, pois, se serão priorizadas apenas as propostas dos Prefeitos, eles mesmos poderiam apresentá-las diretamente à Assembléia ou ao Executivo, evitando-se o gasto do dinheiro público na organização e realização das audiências públicas.

O Partido dos Trabalhadores tem demonstrado que é possível levar avante o orçamento participativo, dando real valor às propostas comunitárias, considerando, principalmente, as aspirações dos que representam as entidades e organizações não-governamentais.

Estamos propondo que o regulamento seja modificado, que sejam introduzidos mecanismos que impeçam essas atitudes manipuladoras por parte dos Prefeitos e demais políticos, dando mais poderes aos representantes das entidades civis que realmente traduzem as aspirações populares."

Srs. Deputados, sabemos que as audiências públicas estão passando por um processo de aprimoramento e entendemos, pessoalmente e como membro do partido, que as audiências se constituem num instrumento que, bem conduzido, pode se tornar muito eficaz para a apuração das vontades populares. Nossa preocupação é a de que possamos, realmente, caminhar para o aprimoramento das audiências públicas.

Sabemos que o critério utilizado nas audiências, em 1994, se revelou falho em vários aspectos. Este ano, na tentativa de ultrapassar as dificuldades observadas no ano passado e de aprimorar as audiências, foram criados outros problemas. No processo utilizado em 1994, era dado um poder muito grande à cidade que sediava a audiência pública para a implementação de suas propostas, uma vez que cada entidade representava um voto. Hoje, estamos assistindo a um outro processo em que, através dos votos dos Prefeitos de cada localidade, cada um leva sob seu controle a audiência. Estamos observando que as propostas priorizadas têm sido exatamente aquelas defendidas pelos Prefeitos de cada cidade, numa composição preestabelecida entre eles.

Sabemos que a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais pretende aperfeiçoar as audiências públicas e deixamos nossa sugestão, para que possamos pensar em como aprimorá-las.

Finalizando, gostaria de passar à Presidência, a pedido dos educadores do Noroeste de Minas, o "Manifesto pela Educação", colhido na audiência pública regional de Unaí, tendo como signatários vários Deputados, educadores e lideranças da área da educação pública, presentes a essa audiência, o qual passo a ler:

"Os Educadores do Noroeste de Minas e demais signatários deste vêm à ilustre presença do Exmo. Senhor Governador do Estado de Minas Gerais, Dr. Eduardo Azeredo, e das demais autoridades constituídas manifestar total apoio à proposta dos profissionais do ensino que solicita a recomposição salarial de acordo com os níveis de outubro de 1986, conforme prevê o artigo 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual, considerando o salário vexatório em que se encontra a categoria e a necessidade de uma real valorização da sofrida classe do magistério. Unaí - Noroeste de Minas, em 19/5/95."

Passaremos à Presidência o manifesto. Agradecemos a oportunidade, solicitando o empenho de todos os Deputados, para que, realmente, as audiências públicas possam vir a desempenhar o papel que a Assembléia Legislativa de Minas Gerais espera. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, visitantes que nos honram com suas presenças, imprensa. Inicialmente queremos comunicar aos Deputados interessados que, nos dias 16 e 17 de junho, a Comissão Especial estará deslocando-se até o Município de Jaíba, especificamente ao Projeto Jaíba, para que possamos, em companhia de técnicos do Executivo e secretários, estabelecer uma linha de ação e de trabalho em favor daquele Projeto. Ficamos, realmente, satisfeitos quando observamos a repercussão de todo o trabalho desencadeado pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que mexeu não só com o poder público do nosso Estado, mas também com o Poder Executivo. Ações eficazes e concretas estão sendo tomadas pelo Governo Federal, para que o projeto tenha continuidade.

A fome e a miséria são as duas principais causas de mortalidade infantil no Norte de Minas. Dados da Pastoral da Criança indicam que, das 33 mil crianças acompanhadas pela entidade, 18 morreram por desnutrição em 1993. A situação é crítica nos municípios de Rio Pardo de Minas, São João do Paraíso, Francisco Dumont, Varzelândia, São João da Ponte, Cristália e Riacho dos Machados.

Em alguns casos de desnutrição, as crianças estão tendo que submeter-se a cirurgias para alargar o intestino, estreitado por falta de alimento. Só este ano, a Santa Casa de Montes Claros realizou cerca de dez operações, dessas, todas encaminhadas pela

Pastoral da Criança. A desnutrição vem desde o útero da mãe, que durante a gestação tem péssima alimentação.

A Irmã Juliana Verbist tem desenvolvido um trabalho social dos mais notáveis e explica que a campanha desenvolvida na região norte-mineira ganhou força depois que o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, lançou nacionalmente a Campanha em Defesa da Cidadania contra a Fome e a Miséria. Diante dessa situação, a pastoral tem tentado introduzir, em todas as cidades norte-mineiras, a alimentação alternativa, que tem um grande teor protéico e que praticamente não onera em nada as famílias carentes. Somada a isto, a falta de saneamento básico na região constitui-se noutro problema sério que contribui diretamente para agravar os casos de desnutrição infantil do Norte de Minas. É sabido que mais de 70% dos 53 municípios não dispõem de rede de esgoto nem de água potável para o consumo.

É necessário que o Governo dê assistência às mães gestantes carentes durante o período de gestação e assistência integral à criança durante o primeiro ano de vida, fornecendo alimentação e acompanhamento médico. Em Montes Claros, o Prefeito Luiz Tadeu Leite lançou o Programa "Leite é Vida", através do qual as crianças, seus irmãos e as gestantes recebem um litro de leite por dia. Esta iniciativa do Prefeito de Montes Claros merece o nosso reconhecimento e deve ser copiada por outros municípios. O Hospital Aroldo Tourinho também merece as nossas congratulações pela implantação do Banco de Leite Humano e pela assistência às gestantes durante a gravidez, com atendimentos médico-odontológicos e orientações sobre como amamentar o filho e como usar a alimentação alternativa.

Este quadro que estamos apresentando representa fielmente a situação delicada do que acontece na nossa região. É ver para crer! É impressionante como as coisas acontecem às margens das providências de quem tem poder para dar fim às angústias, aos sofrimentos e amarguras daquela gente. Não há nada mais entristecedor, mais deprimente e mais doloroso do que ver uma criança chorando de fome, sofrendo, literalmente, na pele, nos ossos, no mais profundo do seu ser, a desnutrição.

Estamos observando o aparecimento de uma sub-raça de crianças no Norte de Minas, crianças pequenas, desnutridas, com os cérebros atrofiados, condenadas, antes mesmo de conhecerem a vida e de terem oportunidade de lutar por dias melhores. Esta gente, Srs. Deputados, está tão acostumada a não receber atenção e carinho que nem mesmo sabe lutar por melhores oportunidades.

Está aí um grande desafio para este Governo. Sabemos que é importante, imprescindível e urgente que cuidemos dos grandes projetos do nosso Estado; tanto é que hipotecamos o nosso irrestrito apoio às pretensões do Governador Eduardo Azeredo em fazer de Minas Gerais um Estado forte e respeitado. Não podemos esquecer que neste Estado reside um grande número de pessoas excluídas, marginalizadas pelas autoridades.

Não basta que se tomem medidas apenas nos momentos críticos. O que merecemos e o que propomos é uma ação continuada, de forma a atender as regiões pobres como o Norte de Minas e o vale do Jequitinhonha. É impressionante a diferença destas regiões com as outras do Estado no tocante à assistência de saúde, à educação e à qualidade de vida.

O Governador Eduardo Azeredo precisa desencadear um plano de ação específico para o extremo Norte de Minas. Queremos sugerir até mesmo a criação de um fundo estadual de desenvolvimento do Norte de Minas e do vale do Jequitinhonha, integrando as ações das diversas secretarias com o Governo Federal através da SUDENE. Aliás, esta proposta já foi apresentada no documento "Fórum da Região do Norte de Minas - Agenda 2000" e no Programa de Promoção e Desenvolvimento Integrado dos Vales Pobres com o Programa de Combate à Seca e à Pobreza. Esta proposta é contundente quando nos mostra que a pobreza e a fome só podem ser erradicadas mediante a retomada do crescimento econômico sustentado, com a firme determinação política de implantar programas eficientes e eficazes, sem burocracias e sem mentiras.

É importante debater esta questão com a participação direta do Governo do Estado e encontrar os caminhos para uma ação integrada dos que detêm o poder de decidir. Se tal fato não ocorrer, assistiremos a ações isoladas de segmentos da sociedade como a Pastoral da Criança ou um ou outro pronunciamento desta tribuna.

É chegada a hora de os municípios norte-mineiros se mobilizarem através da AMAMS e proporem soluções eficazes e urgentes para o combate permanente à miséria e à fome. Sob este ângulo, só temos uma saída imediata: o incremento de medidas que visem fixar o trabalhador na sua terra de origem, a criação de empregos estáveis, o estímulo ao pequeno produtor e ao pequeno empresário, dando-lhes condições de sobrevivência e a utilização da mão-de-obra regional.

Temos, em nossas mãos, o exemplar do jornal do "Norte de Minas" que traz a reportagem "Fome e Miséria Trazem Morte à Região". Este jornal está expressando, com muita realidade, o que lá está acontecendo. Preocupamo-nos, muitas vezes, com outros países distantes como a Somália, mas esquecemos da nossa realidade.

Por isso, Sr. Presidente, terminamos nosso pronunciamento dizendo que os distritos estão se mobilizando em boa hora. Temos assistido vários deles na sua tentativa de

emancipação. O caminho é esse. Acho que, no momento em que dermos condições aos municípios de seguirem por si próprios, estaremos escolhendo o caminho certo. Eles poderão, assim, gerir suas próprias economias e decidir pelos seus próprios destinos.

Vamos propor uma ação política eficaz, direta e urgente. Pedimos aos Srs. Deputados, que têm assento nesta Casa, principalmente, aos oriundos daquela região pobre - e destacamos aqui os Deputados Péricles Ferreira, José Braga, Wanderley Ávila, Clêuber Carneiro, Gil Pereira entre outros - que, juntos, realmente façamos realçar a nossa trilha e desempenhemos um trabalho digno de dizer-se, futuramente, que valeu a pena ser Deputado Estadual representando o Norte de Minas. Muito obrigado.

39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 24/5/95

O Deputado Bonifácio Mourão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a esperança em um Governo começa por sua organização, solidifica-se em seu plano de trabalho e adquire consistência quando se vê seriedade no Chefe de Governo.

Essa imagem nós temos do Governo Eduardo Azeredo. Com certeza não podemos fazer uma avaliação por suas obras. Ainda é cedo. Mas por seus atos e por sua postura.

O Governo se organiza politicamente. Entende-se bem com o Legislativo Estadual e, a passos largos, dialoga com a Bancada Federal, buscando o mesmo nível de sustentação que aqui possui. Procura unir Minas num momento de transformações político-econômicas e sociais, ditadas pelas reformas na Constituição, que são de imperiosa e inadiável conveniência. Organiza-se também em suas finanças, despontando o Estado como aquele que desfruta de uma das melhores condições na Federação. Isso lhe confere novas perspectivas de negócios, tanto no relacionamento interno quanto no externo.

O Governo transmite firmeza de caráter, o que é fundamental para contar com a confiança e a colaboração da comunidade. Bem no seu jeitinho mineiro, sincero e simples, mas firme e obstinado nos seus propósitos, Eduardo Azeredo já mostrou por que veio e vai mostrando para onde vai. Tem um plano estrutural de Governo. Mostra que vai administrar com justiça, buscando o equilíbrio. Percebe na hora certa a diferença a marcar uma divisão ostensiva do Estado que governa: a Minas rica e a Minas pobre. A que caminha com suas próprias pernas, porque já conhece o desenvolvimento, e a que precisa de ajuda para caminhar, porque enxerga o progresso do outro lado, mas não o conhece. O próprio mapa tem uma linha divisória natural, mostrando as duas Minas. Acima, pobreza; abaixo, riqueza.

É agora que a Minas rica vai ajudar a pobre. No seu programa de Governo, Eduardo Azeredo divulga sua determinação de atenuar os desequilíbrios regionais com o combate à pobreza e com várias obras, privilegiando regiões pobres.

Embora seja essa uma opção de Governo a merecer nosso aplauso, a visão de uma Minas inteira e a preocupação com o Estado em sua integralidade estampam-se nas ações administrativas que se planejam.

Nas ações governamentais, além de atenuar os desequilíbrios regionais, o destaque é para a continuidade dos programas já iniciados, como a duplicação da Fernão Dias, o Projeto Somma, o Prosam, o Jaíba e o Plano Multimodal de Transportes. No mesmo grau de importância, a preocupação com o parque industrial e a agropecuária. Nos projetos estruturantes, o sistema viário, com os eixos viários estratégicos, que incluem, além da duplicação da Fernão Dias, a duplicação da BH-Monlevade e da Ipatinga-Governador Valadares; o Corredor Centro Leste - Ramal Pirapora-Unai; a irrigação nas áreas do Norte e do vale do Jequitinhonha; o sistema de ciência e tecnologia; a educação básica de qualidade e a reforma do Estado, com as regiões administrativas, a capacitação dos servidores, a política salarial, o sistema fiscal e a desoneração, além do novo sistema de saúde pública, com destaque para os consórcios intermunicipais de saúde.

A viabilidade desse programa virá de um esforço conjunto, que envolve Governo, lideranças diversas e o povo. Terá, todavia, como causa maior, a credibilidade que a postura do Governo já faz nascer.

O Deputado Ronaldo Vasconcellos* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, assessoria, imprensa, tenho o privilégio e o prazer, mas também a obrigação de ler para V. Exas. uma correspondência, recebida por mim, enviada pela Comissão de Dirigentes Lojistas de Itajubá, o CDL de Itajubá, que faz parte do sistema da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas, datada de 17/5/95. (- Lê:)

"Itajubá, 17 de maio de 1995.

Prezado Senhor:

Nos últimos 10 anos, a estrutura econômica brasileira tem sido alvo de profundas e bruscas mudanças, efetuadas na calada da noite por exímios burocratas que têm sido iluminados divinamente, com mágicas soluções para nossa sociedade, via de regra pedindo o sacrifício e a compreensão de terceiros, sem nunca terem cumprido com as promessas das mudanças internas necessárias para o equilíbrio das contas do Tesouro Nacional, bem como para eliminar o desperdício e a corrupção do setor público.

O setor lojista brasileiro, canal de comunicação direto com o público consumidor, responsável pela circulação de grande parte do total de bens e serviços gerados no País, mais uma vez se vê surpreendido por mudanças, que já supúnhamos fazer parte de um passado que todos desejamos esquecer, mudanças essas que alteram radicalmente a política de comercialização, penalizando não só os lojistas, mas principalmente os consumidores.

Para que a economia flua naturalmente é necessário que seja estabelecida a confiança em um planejamento mais duradouro, sério e coerente. Impossível fazer qualquer previsão de compras, planos de pagamento, a médio prazo que seja. A sociedade, como um todo, fica sempre sujeita ao bom humor e às intempéries de nossos governantes, pagando sempre a maior parte, senão a totalidade da conta.

Os dirigentes da política econômica parecem chegados ao País neste exato momento, praticando atos e repetindo erros já cometidos por seus antecessores.

"Os inteligentes aprendem com seus próprios erros e os sábios aprendem com os erros dos outros".

Coibir o consumo, restringindo crédito e aumentando os juros, já foi tentado inúmeras outras vezes e todos sabemos os resultados.

Parece muita falta de imaginação, pois a única alternativa, para solucionar os problemas brasileiros, é a confiança da sociedade em seu Governo, e confiança é algo que se conquista com atitudes sinceras, sérias e honestas, jamais pode ser imposta por qualquer decreto, não importa em que sistema de governo se esteja inserido.

O que o Governo precisa fazer é a reforma tributária, com a redução e a eliminação de impostos, para estimular a produção, gerar empregos e aumentar o consumo. Isso é óbvio em se tratando de uma Nação na qual as pessoas estão carentes das necessidades mais básicas do ser humano, como por exemplo ingerir algum tipo de alimento.

Repudiamos atitudes antidemocráticas, como: a imposição, sem a devida discussão com os setores envolvidos, de medidas recessivas, e a redução da produção gerando desemprego; tais políticas são injustas pois atingem a todos os que investiram acreditando que, com novo Governo, estivéssemos livres de atos repentinos e intempestivos.

Na esperança de que ainda reste um pouco de bom senso, para reverter essa tendência recessiva, solicitamos que a voz dos lojistas seja ouvida, pois certamente não aceitaremos passivamente os efeitos, queremos atuar nas causas.

Atenciosamente,

Georges Mikhael Kallás, Presidente."

Quero transmitir o conteúdo dessa carta a todos os Deputados Estaduais de Minas Gerais, para que fiquem conhecendo a posição da Câmara de Dirigentes Lojistas de Itajubá que, no fundo, está de acordo com o pensamento do meu partido, o PL, o qual pressupõe uma economia de desenvolvimento e não uma economia recessiva, com juros altos. Queremos fazer coro às informações e às preocupações da Câmara de Dirigentes Lojistas de Itajubá e pedir a cada Deputado, seja de qual partido for, que reflita sobre a repercussão dos juros altos na economia brasileira e na economia de cada município do nosso Brasil. É preciso chamar a atenção das autoridades, principalmente das autoridades monetárias do Banco Central, para o fato de que, com esses juros altos, a economia não terá como crescer e os empresários, principalmente os empresários lojistas, os empresários de pequeno porte não resistirão a 60 dias. O dinheiro está difícil, o custo de vida alto e o seguimento lojista enfrenta dificuldades, por isso eu gostaria que cada colega Deputado refletisse sobre essa questão tão importante e fizesse e se juntasse a nós nessa simples, mas firme manifestação de apoio à Câmara de Dirigentes Lojistas de Itajubá. Este, na verdade, tenho certeza, é o posicionamento de todos os pequenos e médios comerciantes do Estado de Minas Gerais. Precisamos chamar a atenção das autoridades do nosso País, para que diminuam, de verdade, as taxas de juros, para que consigam colocar em funcionamento algumas linhas de financiamento, de modo que o comércio possa funcionar sem perder empregados e sem deixar de gerar impostos federais, estaduais e municipais.

Este é o apelo que fazemos a todos os Deputados, a fim de que trabalhem conosco, nesta linha, fazendo manifestações junto ao Banco Central, para que se mude a política de juros altos hoje adotada pelo Governo Federal. O meu partido, o PL, apóia, no Congresso Nacional, a proposta de revisão constitucional. Mas, não pode apoiar a política econômica de juros altos, de juros escorchantes, de juros elevados. É preciso salientar que as pequenas e médias empresas, notadamente as empresas lojistas, têm dificuldades, têm pouco dinheiro, não têm crédito e não podem crescer, enquanto perdurar esta economia que é nefasta para a Nação, que é nefasta para o lojista, que é nefasta para toda a sociedade.

Estamos preocupados com companheiros nossos. Temos receio de que muitos não consigam nem mesmo adquirir seus alimentos. Não podemos conceber nem entender a frieza desses dirigentes, desses burocratas cercados de assessores tecnocratas, que não possuem a mínima sensibilidade para perceber que é preciso permitir o desenvolvimento natural

do comércio brasileiro.

Fazemos este apelo humilde, mas firme para que o Banco Central reveja essa questão tão importante, que está incomodando todos os segmentos comerciais do Estado de Minas Gerais, de Belo Horizonte e, tenho certeza, de todo o Brasil. É preciso, é urgente que se diminuam os altos índices das taxas de juros, para que a economia possa desenvolver-se e gerar empregos e impostos. Não podemos aceitar que uma determinação de altos burocratas do Banco Central, nitidamente ligados aos banqueiros de nosso País, dificulte a vida de toda a sociedade brasileira.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Marcos Helênio* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público aqui presente, imprensa, temos em mãos uma carta aberta ao Congresso Nacional, encaminhada pelo Movimento Familiar Cristão. Antes de lê-la, quero cumprimentar os moradores de Belo Oriente e Cachoeira Escura, que estão aqui e que sacramentaram, hoje, um acordo histórico. Vamos acompanhar o cumprimento desse acordo, para que, quando se dê a emancipação, ela ocorra de fato. Foi um acordo de alto nível. Estão de parabéns o Prefeito, os Vereadores e a Comissão de Emancipação. As mudanças na legislação têm trazido dúvida muito grande para aqueles distritos que pretendem se emancipar. A legislação tem mudado bastante e isso não é muito bom. Seria interessante que ela fosse mais debatida.

Passo a ler a carta aberta ao Congresso Nacional. (- Lê:)

"Srs. congressistas,

O Movimento Familiar Cristão do Brasil, entidade de utilidade pública que congrega famílias de todo o País comprometidas com o Projeto Libertador de Jesus Cristo e, conseqüentemente, com a construção de uma sociedade igualitária e justa, onde todos tenham acesso à uma vida digna numa nação independente, livre e soberana, se sente no inarredável dever de alertar e conclamar os Srs. Deputados e Senadores para o que se segue:

1 - Infelizmente o Presidente da República, repudiando todo o seu passado, associou-se aos mais lídimos representantes da insensível e gananciosa elite brasileira e, juntos, tentam empurrar o País, cada vez mais, rumo ao neoliberalismo e à submissão total aos interesses externos, sob o falso pretexto de promover o desenvolvimento e a modernidade.

2 - As conseqüências dessa proposta são bastante conhecidas: por um lado, está o projeto neoliberal, sustentado pela exploração, pela competição desigual, pela ambição do lucro desmedido e pelo interesse próprio acima de tudo, pregando a infalibilidade do mercado e suas leis, aos quais todos devem se submeter como adoradores de um ídolo todo-poderoso e propondo o desmantelamento do Estado e a sua privatização.

De outro, a total dependência do País aos ditames do capitalismo internacional, representado pelo FMI e BIRD, que impõe e determina regras e ajustamentos para a nossa economia à revelia dos interesses maiores da soberania da Nação brasileira.

Os efeitos da conjugação desses fatores são desastrosos: exclusão da maioria da população do processo produtivo - no Brasil 90 milhões de habitantes -, miséria, fome, violência, morte.

3 - A adoção completa desse modelo já causou danos incomensuráveis à Argentina e ao México e está produzindo efeitos catastróficos em todos os países do Terceiro Mundo, incluindo-se aí os decantados Tigres Asiáticos, apontados pela mídia especializada como exemplos de crescimento e modernidade, onde o salário mínimo chega à metade do nosso irrisório salário.

4 - Como parte dessa estratégia modernizante estão as propostas para modificação da nossa Carta constitucional, que permitirão a privatização generalizada, sobretudo da Petrobrás, Eletrobrás, Telebrás e Vale do Rio Doce, e alterações outras, como a reforma da Previdência e da estabilidade do emprego, que atingirão direitos sociais tão duramente conquistados pelo povo brasileiro. Os argumentos apresentados para justificar essas ações não resistem à menor análise crítica, não trazendo vantagens reais para o País, a não ser para as minorias privilegiadas detentoras do poder.

Muito pelo contrário, a efetivação dessas medidas, notadamente as privatizações citadas, que atingem setores estratégicos para o País, representará prejuízos imensuráveis e dilapidará, de forma irreversível, o patrimônio nacional, comprometendo o futuro do povo brasileiro e a independência nacional.

Só para exemplificar, imaginemos o que ocorreria com o nosso petróleo nas mãos de uma "Shell" e o nosso minério, notadamente jazidas de Carajás, entregue à exploração de grupos estrangeiros. Lembramos que somente as jazidas de ouro conhecidas correspondem a mais de duas vezes o valor de nossa dívida externa.

5 - Parece-nos que, ao invés de buscar cometer esses desatinos, para não dizer delitos contra a Nação, deveria o Presidente usar sua competência e seu entusiasmo para realizar as reformas e os projetos básicos e indispensáveis ao progresso do País e à melhoria do padrão de vida do seu povo. Parece-nos que são imprescindíveis:

. as reformas fiscal e tributária, pois, se queremos distribuir melhor a renda

nacional, haverá que se criarem impostos democráticos que atinjam os que têm mais, como o IPMF, o imposto sobre fortunas, etc., possibilitando a redução de outros, como, o IPI e o ICMS, que atingem todos indiscriminadamente;

. a reforma agrária, indispensável para fixar o homem no campo, inverter o fluxo migratório e aumentar a produção agrícola, pois a terra é de todos e para todos e não pode ser patrimônio de poucos. Na Bahia, só para citar um exemplo, 70 proprietários detêm a posse de 8.000.000ha;

. o justo equacionamento e o pagamento da dívida externa, o que possibilitaria um aporte de recursos significativo para aplicação interna em projetos prioritários. É bom lembrar que devemos efetivamente menos da metade da dívida oficial;

. a reforma educacional;

. a democratização dos meios de comunicação social;

. o eficaz, sistemático e continuado combate à seca do Nordeste, que, em poucos anos, trará benefícios econômicos e sociais incalculáveis;

. a legalização das terras indígenas e o respeito à sua cultura e ao seu modo de ser; os índios não podem continuar sendo considerados cidadãos de segunda classe, pois, na verdade, eles são os legítimos e únicos donos das terras brasileiras;

. o apoio e o incentivo à indústria nacional e à pequena e à microempresa;

. o estímulo à autogestão empresarial, como um embrião promissor para a socialização da economia;

. a reforma política, que possibilite a implantação de uma democracia real, mais direta e representativa, em que o poder, efetivamente, emane do povo, e o planejamento das ações governamentais seja abrangente e participativo.

6 - Por tudo isso que foi dito acima, conclamamos os representantes do povo e, por conseguinte, nossos representantes, a usarem eticamente o poder constitucional de que dispõem, para, em nome da soberania e do futuro do nosso País, impedirem, de todas as formas, as modificações atentatórias ao patrimônio nacional e aos direitos inalienáveis do nosso povo.

A história, seguramente, haverá de registrar para sempre a atuação do nosso Congresso, nesse momento marcante e decisivo para o futuro do Brasil e do seu povo."

O Movimento Familiar Cristão, que abrange milhares de famílias em todo o País, encaminhou-nos essa carta, que fizemos questão de registrar, para que fique oficializada a posição dessa organização, composta de pessoas ligadas à Igreja Católica. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. membros da Mesa, Deputados e Deputadas, demais presentes, acabo de retornar de Itabira, onde, junto a alguns dos colegas aqui presentes e expressivos representantes do Executivo e do Judiciário, participei da Mesa de trabalhos da audiência pública da Macrorregião Central II. Não poderia deixar de mencionar o quão impressionado fiquei com a grande participação de delegados nesse processo de elaboração do orçamento do Estado e a satisfação que senti por poder contribuir com essa discussão, dentro dos mais altos princípios da democracia. Apesar de o processo ainda conter algumas deficiências, que esperamos sanar no próximo ano, ele vem trazer ao povo mineiro a oportunidade de romper com uma antiga tradição de clientelismo e apadrinhamentos que colocava o desenvolvimento de uma região na dependência de boas graças políticas. Trata-se, ainda, de um processo que estimula a solidariedade comunitária, na medida em que os participantes percebem a diferença entre uma obra que pode beneficiar um maior número de pessoas e outra menor, priorizando a primeira.

Cada cidade da Macrorregião Central II, no total de 42, pôde manifestar-se por meio de dois representantes. As audiências municipais selecionaram um total de 190 propostas e dez delas foram priorizadas na audiência pública. Gostaria, aqui, de destacar algumas relacionadas diretamente com a Região Metropolitana de Belo Horizonte:

Foi priorizada a implantação de distritos industriais integrados nos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, através da CDI, do INDI e do PLAMBEL, exceto em Contagem, Betim e Belo Horizonte, o que beneficiará a região, gerando empregos e aumentando a arrecadação. Será, ainda, elaborado um projeto integrado de despoluição das macrobacias hidrográficas da Região Metropolitana de Belo Horizonte, solucionando, ao mesmo tempo, o problema do lixo urbano que será processado em usina de tratamento, numa execução integrada entre PLAMBEL, COPASA-MG, Departamento Estadual de Recursos Hídricos e outros, coordenado pela Secretaria de Estado do Planejamento no programa de trabalho Encargos Gerais do Estado.

A comunidade decidiu ainda pela duplicação da rodovia MG-061, que liga Ribeirão das Neves ao Distrito de Justinópolis, com ligação à BR-040, pela conclusão das obras da Via Expressa, pela construção de uma estrada que ligará Raposos a Sabará e pela construção da Via 220, que ligará a região do Barreiro a Venda Nova por meio da Av. Navegantes e da Via 710. Creio, portanto, que a população foi muito feliz na escolha das obras, já que elas trarão um real desenvolvimento e benefício para a região como

um todo. Faço ainda votos de que as demais audiências públicas continuem sendo realizadas nesse clima de fraternidade e democracia que reinou durante os trabalhos em Itabira. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Agostinho Patrús, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, senhores visitantes, em 24 de maio de 1962, foi criada a Fundação Norte Mineira de Ensino Superior, com a finalidade de colaborar para o desenvolvimento econômico, social e cultural da região norte-mineira. Desse período para cá, muita luta se registrou em prol do crescimento e reconhecimento dessa Fundação, até que, em 21 de setembro de 1989, foi criada a Universidade Estadual de Montes Claros, após grande mobilização de todos os segmentos da sociedade norte-mineira.

Em 13 de julho de 1994, foi sancionada a Lei nº 11.517, pelo então Governador Hélio Garcia, com a finalidade de reorganizar a UNIMONTES, provendo-lhe de um quadro de pessoal, concedendo-lhe autonomia para promover concurso público e doando-lhe o Hospital Regional Clemente Faria, pertencente à FHEMIG. Em 21 de julho de 1994, a Portaria nº 1.116 do Ministério da Educação e Desporto concedeu à UNIMONTES o reconhecimento federal.

A UNIMONTES se localiza na região Noroeste, uma macrorregião cuja área de abrangência é de cerca de 30% do território mineiro. Essa região tem a menor densidade de alunos universitários da região Sudeste brasileira: dois estudantes para cada mil habitantes, quando a média nacional é de doze para mil.

A UNIMONTES oferece atualmente 13 cursos de graduação nas áreas de ciências humanas, ciências sociais aplicadas e ciências biológicas e da saúde (Faculdade de Medicina). Além desses, a UNIMONTES possui um centro de ensino médio e fundamental, onde funciona a Escola Técnica de Saúde. Recentemente, inaugurou o seu "campus" da cidade de Januária e está em vias de instalar mais quatro cursos importantes, como os de agronomia, enfermagem, educação física e odontologia.

A UNIMONTES tem atuado com qualidade e eficiência, ao longo dos seus 30 anos de história, junto à comunidade local e regional, oferecendo os seguintes serviços: Serviço de Assistência Jurídica - SAJ -, para atendimento à população carente; Policlínica do Hospital Universitário, com atendimento em todas as especialidades médicas, com uma média mensal de 10.000 consultas e 437 exames complementares; Hospital Universitário, com 165 leitos e 365 internações por mês; Índice de Preços ao Consumidor - IPC -, pesquisa mensal com a variação dos preços praticados na economia local e regional; Divisão das Tradições Mineiras - Centro Cultural de Tradições Folclóricas - Grupo Banzé, Museu Sacro.

A UNIMONTES possui um valioso patrimônio, instalado em local nobre com área total de 270.000m², com mais de 20.000m² de edificações. O seu quadro funcional conta com 1.124 servidores e quase 3.000 alunos.

Em rápidas palavras, é essa a nossa universidade, que, sem dúvida, é a mola mestra propulsora do desenvolvimento da região norte-mineira, o maior patrimônio de que dispomos e que é motivo de muito orgulho para nós.

Ao lado dessa comemoração da UNIMONTES, queremos aqui, como ex-aluno do curso de medicina, hoje Deputado Estadual, chamar a atenção das autoridades estaduais para a única universidade estadual do nosso Estado que existe de fato e de direito. A UNIMONTES reúne todas as condições de assumir o seu papel de instrumento catalisador, executor e decisivo para integrar o Norte de Minas com o resto do Estado e do País. Todos nós sabemos que a região norte-mineira é pobre, sem assistência, mas também possui grande potencialidade ainda não descoberta e utilizada.

Aí é que entra ou deveria entrar a UNIMONTES, como instrumento de mudança dessa região. Mudança de mentalidade, de formação de mão-de-obra qualificada, de oferecimento de projetos e planos governamentais e, sobretudo, de acompanhamento e unificação das iniciativas isoladas dos Governos Municipais, Estadual e Federal.

É necessário uma participação mais contundente da UNIMONTES nas decisões político-administrativas da nossa região, não só pelo fato de ser esta conhecedora das causas que atrapalham o desenvolvimento coordenado do Norte de Minas, como também das soluções para os mesmos problemas.

É ainda necessário um investimento maior nos recursos humanos dessa Universidade, para um aprimoramento dos profissionais do setor administrativo e do corpo docente. Não podemos nos esquecer da formação profissional dos alunos que, muitas vezes, ficam sem oportunidade de fazer os cursos de pós-graduação e aprimoramento nos centros mais avançados do nosso País e do exterior.

Por último, defendemos uma integração maior da UNIMONTES com a UEMG, tese já defendida pelo seu reitor, Prof. Aluísio Pimenta. Terminamos rendendo as nossas homenagens à UNIMONTES, com a certeza de que valeu a pena toda a luta em seu favor e a esperança de que ela possa ter a sua importância reconhecida pelas autoridades e que de fato seja fator de progresso da região.

Vamos promover diversos seminários para um estudo pormenorizado das potencialidades

do Norte de Minas e, em todos os encontros, elegeremos a UNIMONTES como fórum de debates e ponto de partida para uma nova etapa do crescimento e desenvolvimento do Norte de Minas.

Parabéns aos professores e funcionários da UNIMONTES, parabéns à sociedade montesclarenses, que soube reconhecer o valor da Universidade e lutou para que ela pudesse chegar ao estágio que está hoje. Parabéns aos ex-professores, muitos deles profissionais liberais que, com abnegação e sacrifício, ajudaram a escrever um pouco da história de nossa Universidade e de Montes Claros. Parabéns aos alunos e ao Sr. Reitor, Dr. José Geraldo Drumond. Parabéns, UNIMONTES!

O Deputado Almir Cardoso* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, representantes da imprensa, ouvintes das galerias. Como membro da Comissão de Agropecuária e Política Rural desta Casa, tenho tentado fazer um acompanhamento dos movimentos dos trabalhadores rurais do Estado, principalmente os ligados ao assentamento de reforma agrária, movimento de luta pela terra.

Dirijo-me ao Plenário para prestar minha solidariedade aos canavieiros de Passos e denunciar as péssimas condições de trabalho a que são submetidos. Eles completam hoje oito dias de greve, contando com 100% de adesão dos trabalhadores, e somente amanhã a empresa vai se reunir com eles para começarem as negociações. O salário é irrisório: os trabalhadores recebem apenas R\$1,00 por tonelada de cana cortada, sendo que poucos conseguem a remuneração de R\$25,00 por semana. Existe a denúncia de que as usinas reduziram a remuneração semanal para R\$20,00. Como não há um acordo coletivo de trabalho, os trabalhadores ficam expostos às decisões da empresa. Parte dos canavieiros trabalham permanentemente nas usinas, enquanto grande parte só encontra trabalho no período da safra, que vai de maio a novembro. Como se isso não bastasse, está havendo um grande número de dispensas de trabalhadores em plena safra, o que resulta em grande apreensão, já que muitos canavieiros sustentam suas famílias durante todo o ano com o que conseguem ganhar nessa época.

É lamentável que, nos dias atuais, vários empresários adotem práticas de relacionamento com seus empregados usadas no começo do século. Querem explorá-los ao máximo sem se preocupar com as suas condições de vida e de seus familiares. Não se preocupam em garantir a esses trabalhadores a possibilidade de ascensão social e educacional. Preocupam-se, sim, em manter uma relação perversa com os canavieiros, de modo a garantir a permanência de uma mão-de-obra sempre disponível e, se possível, barata. Os canavieiros atuais são filhos e netos de canavieiros e, a continuar o quadro atual, serão pais e avós de canavieiros, semi-analfabetos, explorados e excluídos de uma cidadania digna. O único obstáculo à permanência desse quadro é a consciência da classe trabalhadora, que sabe, a cada dia mais, dos seus direitos e de suas possibilidades.

Peço aos colegas Deputados, principalmente aos que têm influência política na região, que prestem solidariedade aos grevistas e intercedam em favor dos mesmos, para que possamos ter um desfecho justo e digno para todos. Como eu disse, Srs. Deputados, amanhã iniciam-se as negociações. Solicitamos, mais uma vez, a intervenção dos Deputados de São Gotardo, que representam aquela região, para que as negociações resultem num acordo que atenda aos canavieiros de Patos.

Continuando meu pronunciamento, gostaria de relatar uma visita que fiz à Fazenda Santa Clara/Furadinho, no Município de Unaí, no final da semana, logo após a audiência pública naquele município.

Em 20/12/93, foi desapropriado, para fins de reforma agrária, o imóvel denominado Fazenda Santa Clara/Furadinho, localizado no Município de Unaí, onde já se encontravam, há vários anos ali vivendo e trabalhando, 44 famílias de pequenos posseiros.

No entanto, posteriormente à desapropriação, o INCRA foi informado pela RURALMINAS da existência de três áreas, dentro do perímetro desapropriado, que anteriormente haviam sido tituladas. Ao mesmo tempo, e agravando mais ainda a situação, pessoas estranhas à comunidade das famílias de posseiros e não estabelecidas na fazenda fizeram grilagem de lotes no imóvel, estabelecendo então um conflito pela posse da terra.

Posteriormente, em 9/5/95, uma equipe designada pelo Superintendente Regional do INCRA esteve na área com o objetivo, segundo eles, de cadastrar apenas 32 famílias de posseiros como potenciais beneficiários do projeto de assentamento. À medida que este cadastramento excluiria 12 famílias, sem nenhum esclarecimento por parte do INCRA, em conjunto, os posseiros decidiram não aceitar tal cadastramento.

A situação, hoje, na área é bastante apreensiva porque o quadro de violência está bem explícito. Existem várias lideranças ameaçadas de morte, inclusive pessoas do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Unaí. Tivemos oportunidade, nos intervalos das audiências públicas do Noroeste, de acompanhar essas lideranças em visitas ao Promotor local, ao Delegado de Polícia Civil, ao Major do Quartel de Polícia Militar, solicitando proteção policial para essas pessoas.

Entristece-nos muito saber que entidades governamentais, responsáveis pela solução

do problema agrário no País, estão agravando ainda mais esse quadro de conflito no campo. É o que pudemos perceber no local, quando uma mesma área é titulada pela RURALMINAS e, ao mesmo tempo, é emitida posse para assentamento de reforma agrária. Ficam aqui nosso registro, protesto e solicitação para que o INCRA e a RURALMINAS se entendam o mais rápido possível, para resolver o problema das famílias que não estão podendo trabalhar na área devido ao quadro de violência que se instalou no município.

* - Sem revisão do orador.

40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 25/5/95

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros das galerias que nos visitam hoje, o que me traz à tribuna é um pedido que estou encaminhando à Casa. Tivemos, na última segunda e terça-feira, na cidade de Itabira, uma audiência para discutir o orçamento do Estado para o próximo ano. Para surpresa nossa, Sr. Presidente, minha e dos Deputados Olinto Godinho, João Leite e Marcelo Gonçalves, nenhuma verba foi aprovada para Belo Horizonte. V. Exa. sabe disso, Sr. Presidente, porque dirigiu os trabalhos da Mesa: Belo Horizonte não conseguiu colocar nenhuma proposta no orçamento.

Sabemos, nós que militamos em Belo Horizonte e que tivemos oportunidade de ser Vereador nesta Capital, que Belo Horizonte não consegue andar sozinha. Sem uma parceria com o Governo do Estado, Belo Horizonte vai continuar tendo dificuldades. Falei sobre isso quando lançamos a Frente Pró-Belo Horizonte. Temos que esquecer que o Prefeito de Belo Horizonte é do PT e que o Governador de Minas é do PSDB. Temos que lembrar que governador é governador, que prefeito é prefeito, independentemente de seus partidos políticos.

Tem que ser feita alguma coisa para melhorar, por exemplo, o sistema viário. Hoje, em Belo Horizonte, o sistema viário é tão caótico que, antes de a cidade completar 100 anos, não conseguiremos mais sair de casa com automóvel. Teremos que fazer o que foi feito no México: um dia circulam carros com final ímpar na placa e, no outro, carros com final par.

Faço o pedido, que encaminho a esta Casa, de que, no próximo ano, Belo Horizonte seja destacada da Região Metropolitana e das outras 47 cidades, ganhando uma audiência pública exclusiva. Belo Horizonte tem que ser tratada com uma atenção especial e reverenciada como Capital. Ela precisa de recursos do Governo do Estado e, se não os conseguir, vai parar, Sr. Presidente, espero contar com a ajuda de todos os Deputados desta Casa. Já entrei em contato com o Prefeito de Belo Horizonte e coloquei-me à disposição para fazer uma emenda ao orçamento, para que possamos ter recursos do Governo do Estado. Tenho a certeza de que nós, Deputados votados por Belo Horizonte, como os companheiros Raul Lima Neto, Olinto Godinho, Paulo Schettino, estaremos formando essa frente e colocando emendas ao orçamento, que irão beneficiar nossa cidade. Belo Horizonte passa por situações caóticas. A área da saúde, da educação, o sistema viário estão todos precários. Na primeira vez que subi a esta tribuna tive a oportunidade de falar algo que hoje repito: Belo Horizonte recebe problemas de todas as cidades de Minas Gerais, principalmente na área da saúde. Todas as ambulâncias do interior chegam à nossa Capital, deixam o doente e voltam. O problema fica aqui. Então, o Governo do Estado tem de ajudar a solucionar esse problema.

Eu gostaria de lembrar uma das propostas feitas pelo Município de Vespasiano e outra feita por Neves, que pediam um hospital municipal. Sabemos perfeitamente que temos um pronto-socorro em Venda Nova, que está para ser concluído. É preciso que o Governo do Estado tome providências, porque o pronto-socorro de Venda Nova poderá atender a Vespasiano, São José da Lapa, Neves, Santa Luzia e quase toda aquela região.

Por isso, Sr. Presidente, encaminho a esta Casa o pedido para que, no próximo ano, possamos discutir os problemas de Belo Horizonte com mais seriedade e colocá-los no orçamento estadual. Não adianta o Prefeito de Belo Horizonte tentar fazer obras sozinho, ele tem que ser ajudado pelo Governo do Estado. Belo Horizonte sempre foi colocada como terra de ninguém, mas esta terra é de todo o povo mineiro. Nossos problemas só serão resolvidos com o apoio do Governo do Estado. Agradeço a todos os Deputados que me ouviram e tenho a certeza absoluta de que a ajuda de todos será fundamental. Todos os Srs. Deputados têm votos em Belo Horizonte, de um parente, um amigo ou um conterrâneo, por isso temos que melhorar nossa Capital. Muito obrigado.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 30/5/95, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, a Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, e de conformidade com as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.113 e 1.168, de 1995, assinou os seguintes atos relativos a cargos do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

nomeando Wanilda Barbosa Bandeira Rodrigues para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, com exercício no gabinete do Deputado Geraldo Santanna.

exonerando, a partir de 31/5/95, José Eustáquio Lacerda Fonseca do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29, com exercício no gabinete do Deputado Elmo Braz.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral desta Secretaria, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/93, 5.102, de 3/7/91, 5.105, de 26/9/91, 5.130, de 4/5/93, e a Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, e de conformidade com a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nº 1.168, de 1995, assinou o seguinte ato relativo a cargo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

provendo Oralda Costa Madureira Simões no cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29, com exercício no gabinete do Deputado Elmo Braz.

TERMO DE CONTRATO

Tomada de Preços nº 6/95

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 14/6/95, às 16 horas, na Rua Rodrigues Caldas, 79, 14º andar, Bairro Santo Agostinho, na sala de reuniões da Gerência-Geral de Material e Patrimônio, a Tomada de Preços nº 6/95, para contratação de empresa para fornecimento e instalação de divisórias, armários, balcões e acessórios.

O edital e outras informações poderão ser obtidos no endereço acima, das 8 às 18 horas, até o dia 13/6/95.

Belo Horizonte, 29 de maio de 1995.

Dalmir de Jesus, Diretor-Geral.

EXTRATO DE CONVÊNIO

TERMOS DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E AS ENTIDADES ABAIXO DISCRIMINADAS, CUJO OBJETO É A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO PARA DESPESA DE CAPITAL

CONVÊNIO Nº 00069 - VALOR: R\$2.000,00.

ENTIDADE: ASSOCIACAO COMUN. VILA GUARABIRA - MONTALVANIA.

DEPUTADO: CLEUBER CARNEIRO.

CONVÊNIO Nº 00071 - VALOR: R\$5.000,00.

ENTIDADE: ASSOCIACAO MORADORES AMIGOS BAIRRO ANTONIO MARANHÃO - UBA.

DEPUTADO: IBRAHIM JACOB.

CONVÊNIO Nº 00072 - VALOR: R\$37.814,40.

ENTIDADE: IRMANDADE SANTA CASA CARIDADE - MACHADO - MACHADO.

DEPUTADO: JORGE EDUARDO.

CONVÊNIO Nº 00073 - VALOR: R\$3.000,00.

ENTIDADE: ASSOCIACAO COMUN. MORADORES BAIRRO CHICO MIRANDA - LAGOA PRATA.

DEPUTADO: MARIA OLIVIA.

CONVÊNIO Nº 00074 - VALOR: R\$1.500,00.

ENTIDADE: ASSOCIACAO COMUN. ELDORADO - CONTAGEM.

DEPUTADO: ALVARO ANTONIO.

CONVÊNIO Nº 00076 - VALOR: R\$6.000,00.

ENTIDADE: FUNDAB - ASSOCIACAO FUNDO ASSISTENCIAL BATISTA - BELO HORIZONTE.

DEPUTADO: JOAO LEITE.

CONVÊNIO Nº 00077 - VALOR: R\$3.000,00.

ENTIDADE: ASSOCIACAO PAIS AMIGOS EXCEPCIONAIS - CONCEICAO RIO VERDE - CONCEICAO RIO VERDE.

DEPUTADO: AILTON VILELA.

CONVÊNIO Nº 00080 - VALOR: R\$1.500,00.

ENTIDADE: ASSOCIACAO COMUNIDADE SAO FRANCISCO BAIRRO COTIA - TRES CORACOES.

DEPUTADO: AILTON VILELA.